



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO**

PPCTM

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

SUBSEQUENTE

CÂMPUS VIDEIRA

**VIDEIRA – SANTA CATARINA
BRASIL**

**Versão
OUTUBRO 2013**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL
REITOR

JOSETE MARA STAHELIN PEREIRA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

ROSANGELA AGUIAR ADAM
DIRETORA DO CÂMPUS

RAUL EDUARDO FERNANDEZ SALES
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO E ENSINO

LIZETE CAMARA HUBER
COORDENADORA GERAL DE ENSINO

OSMAR CRESTANI
COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

COMISSÃO DA 2^a REVISÃO

Amanda Moser Coelho da Fonseca Afonso
Gilson Ribeiro Nachtingall
Marinês Kerber
Marcos Augusto Paladini dos Santos
Nadir Paula Rosa
Osmar Crestani
Josy Alvarenga Carvalho Gardin
Viviane Gonçalves Lapa Raulino
Vera Regina Mazureck
Lizete Camara Huber
Loriane Vicelli

Versão
OUTUBRO 2013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

FOLHA DE REVISÃO

Revisão Nº	Data	Responsável	Status
1	3/10/2013	Osmar Crestani	Em edição



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Sumário

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2.	APRESENTAÇÃO DO IFC	8
2.1.	Missão Institucional.....	9
2.2.	Visão Institucional.....	9
2.3.	Gênese e Identidade do Instituto Federal Catarinense	9
2.4.	Breve Histórico Institucional / IFC – Câmpus Videira	10
3.	PERFIL DO CURSO.....	12
3.1.	Justificativa	12
4.	OBJETIVOS DO CURSO.....	14
4.1.	Geral	14
4.2.	Específicos	14
5.	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO.....	15
6.	RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA	22
7.	INTERDISCIPLINARIDADE.....	23
8.	PERFIL DO EGRESO	23
9.	CAMPO DE ATUAÇÃO	29
10.	FORMA DE ACESSO AO CURSO.....	32
10.1	PRÉ-REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO	32
10.2	ACesso e Apoio a Pessoas com Deficiências ou Mobilidade Reduzida.....	32
11.	MATRIZ CURRICULAR.....	33
12.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	36
12.1.	Objetivos da Avaliação.....	36
12.2.	Instrumentos e Critérios de Avaliação.....	37
12.3.	Recuperação Paralela.....	39
12.4.	Da aprovação e Reprovação	37
12.5.	Da Frequência	39
12.6.	Da Reoferta de Disciplinas	40
12.7.	Do Aproveitamento dos Estudos	41
13.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	42



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

14.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)	42
15.	ESTÁGIO CURRICULAR	43
15.1.	Operalização do Estágio.....	43
15.2.	Sistema de Avaliação do Estágio Curricular	45
15.3.	Estágio Não Obrigatório (Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008)	45
16.	LINHAS DE PESQUISA.....	46
16.1.	Iniciação Científica	46
17.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	46
17.1.	Monitoria	46
17.2.	Outras Atividades.....	47
18.	DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE	47
19.	DESCRIÇÃO DA EQUIPE DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	47
20.	DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL	47
20.1.	Instalações e Recursos Pedagógicos Necessários	48
21.	DIPLOMAS E CERTIFICADOS	49
22.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
APÊNDICE I.....		53
Matrizes Curriculares 2011/2012		53
APÊNDICE II.....		55
Ementas dos Componentes Curriculares.....		55
APÊNDICE III.....		90
Quadro de Professores do Curso de Agropecuária.....		90
APÊNDICE IV		93
Quadro de Técnicos Administrativos		93



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária.
Coordenador do Curso:	<p>• OSMAR ALBERTO CRESTANI (Coord. do Curso CEPTENM do Núcleo Técnico) CPF: 304.854.289-20 Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva 40 horas crestani@ifc-videira.edu.br Telefone: (049) 3533-4900.</p>
Núcleo Docente Básico (NDB)	<ul style="list-style-type: none">Marinês Kerber, mestre em Engenharia Elétrica, C.P.F 025.759.054-43, com Dedicação Exclusiva. Email: fabio@ifc-videira.edu.br – Telefone: (049) 3533-4933.Gilson Ribeiro Nacthigall, Doutor em Ciências Agrárias, CPF: 429.796.170-91, com Dedicação Exclusiva. Email: gelsonrn@ifc-videira.edu.brMarcos Augusto Paladini dos Santos, Mestre em Engenharia Agrícola, CPF: 020 437 388 36, com Dedicação Exclusiva. Email: marcospaladini@ifc-videira.edu.brOsmar Alberto Crestani, Mestre em Fitopatologia, CPF: 304.854.289-20, com Dedicação Exclusiva. Email: crestani@ifc-videira.edu.brJosy Alvarenga Carvalho Gardin, Mestre em Administração, CPF: 052 219 616 01, com Dedicação Exclusiva, Email: josy.gardin@ifc-videira.edu.brAmanda Moser Coelho da Fonseca Afonso, Mestre em Ciências Veterinárias, CPF: 282.929.628-16, com Dedicação Exclusiva. Email: amanda.afonso@ifc-videira.ed.br
Modalidade:	PRESENCIAL
Grau:	SUBSEQUENTE
Titulação:	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
Legislação:	<ul style="list-style-type: none">Plano de Desenvolvimento Institucional.Projeto Político-Pedagógico Institucional.Documento Base Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Médio (2007).
• Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
• Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
• Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Técnico de Nível Médio.
• Decreto nº 7.823 de 09 de outubro de 2012.
• Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
• Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).
• Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.
• Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.
• Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.
• Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012.
• Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012.
• Resolução nº 23 de 18 de dezembro de 2009 – CONSUPER/IFC

Eixo Tecnológico:	RECURSOS NATURAIS
----------------------	-------------------

Local de Oferta:	<ul style="list-style-type: none">• CNPJ: 10.635.424/0007-71• Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CÂMPUS VIDEIRA.• Esfera Administrativa: Federal• Endereço: Rodovia SC 135, km 125, S/No, Bairro Campo Experimental, CEP: 89560-000 – Videira, SC, Brasil.• Telefone/Fax: (49) 3533-4900• E-mail de contato: câmpusvideira@ifc.edu.br• Site da Unidade: http://www.videira.ifc.edu.br
------------------	---

Turno:	MATUTINO
--------	----------

Número de Vagas:	40
---------------------	----

Carga Horária do Curso:	Carga Horária Total de 1515 horas, sendo 240 horas destas destinadas à realização do Estágio Supervisionado.
----------------------------	--

Periodicidade:	SEMESTRAL
----------------	-----------

Períodos:	Matrícula inicial e rematrícula semestral, de acordo com normatização própria. Duração mínima de 2(dois anos), com prazo máximo para integralização de 5 (cinco anos).
-----------	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

2. APRESENTAÇÃO DO IFC

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presentes em todos os estados, os Institutos Federais contém a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, oferecem formação inicial e continuada, ensino médio Subsequente, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina.

O Instituto Federal Catarinense oferecerá cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela lei 11.892/2008 sejam alcançados, faz-se necessária a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o PPI (Projeto Político Institucional), com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação Profissional Técnica Pós Médio em Agropecuária, com o intuito de expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, juntamente com o Projeto Pedagógico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso. Vale ressaltar que, devido à importância do PPC, o mesmo deverá estar em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado.

2.1. Missão Institucional

Ofertar uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural do indivíduo e da sociedade que ele constitui.

2.2. Visão Institucional

Ser referência em educação, ciência e tecnologia na formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada.

2.3. Gênese e Identidade do Instituto Federal Catarinense

O Instituto Federal Catarinense, com sede em Blumenau/SC, criado pela Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), possui atualmente onze Câmpus instalados no Estado de Santa Catarina, a saber: Araquari, Blumenau, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira e mais dois Câmpus em fase de implantação: Brusque e São Bento do Sul.

De acordo com a Lei, o Instituto Federal é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação gozando das seguintes prerrogativas: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Essa Instituição abrange todo o território catarinense, o que contribui para posicionar a nova estrutura do Instituto Federal Catarinense numa Instituição de desenvolvimento estadual e, seus Câmpus em elos de desenvolvimento regional, garantindo-lhe a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

manutenção da respeitabilidade, junto às comunidades onde se inserem suas antigas instituições, cuja credibilidade foi construída ao longo de sua história.

No âmbito da gestão institucional, o Instituto Federal Catarinense busca mecanismos participativos para a tomada de decisão, com representantes de todos os setores institucionais e da sociedade. Com a criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumenta significativamente a inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade.

O Instituto Federal Catarinense oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, além de apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, bem como o desenvolvimento integral do cidadão em termos sociais, políticos, culturais e socioambientais.

2.4. Breve Histórico Institucional / IFC – Câmpus Videira

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC Câmpus Videira está situado no município de Videira - SC, no Vale do Rio do Peixe, distante 450 km da capital Florianópolis. Tem uma área de 377,85 km² e faz limite com os municípios de Caçador e Rio das Antas, ao norte; Pinheiro Preto, ao sul; Fraiburgo e Tangará, a leste; e Arroio Trinta e Iomerê, a oeste.

O município encontra-se na zona agroecológica do Vale do Rio do Peixe, com clima subtropical, segundo classificação de Koppen, apresentando temperatura moderada, chuva bem distribuída e verão brando. Podem ocorrer geadas, tanto no inverno como no outono. As temperaturas médias são inferiores a 20°C, exceto no verão. No inverno a média é inferior a 14°C, com mínimas inferiores a 8°C. Classificação de Koppen é sistema de classificação climática global



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

mais utilizada em geografia, climatologia e ecologia.

O acesso terrestre pode ser feito pelas SC-453 e SC-135, e o aéreo através do Aeroporto Municipal Prefeito Ângelo Ponzoni.

Em 2010, segundo dados do IBGE, o município de Videira apresentou população de 47.188 habitantes, sendo 42.856 residentes na área urbana e 4.332 na área rural.

No setor primário, sobressai-se a fruticultura, com ênfase na cultura do pêssego, ameixa e uvas; na pecuária, destacam-se a criação de suínos, aves e bovinos de leite; e no comércio e indústria, as cantinas de vinho, indústrias em geral e agroindústria. Destaca-se, ainda, a empresa Brasil Foods (antiga Perdigão S.A.), um dos maiores frigoríficos da América Latina, absorvendo a maior parte da produção de aves e suínos do município e da região, e gerando milhares de empregos.

Devido à sua topografia acidentada, característica peculiar da região, Videira possui muitos atrativos naturais como rios, cascatas e áreas verdes. Em 1965 foi criada, por Lei municipal, a reserva florestal Parque da Uva, em uma área de 70.000 m² com bosques e áreas de lazer, composta por rica diversidade de plantas nativas.

O IFC Câmpus Videira iniciou suas atividades em março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia e funcionou, até o início de 2010, no prédio da Escola Criança do Futuro – CAIC, espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Videira. Neste local foram disponibilizadas duas salas de aula, onde funcionavam a secretaria e diretoria escolar, e os laboratórios de informática e de química. Neste mesmo período, teve início a primeira turma do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, constituída por trinta e cinco estudantes. Contava com um coordenador, uma secretaria e uma equipe de cinco professores. Em 2007 iniciou-se a segunda turma e ocorreu a contratação de novos professores. Para estas duas primeiras turmas, as aulas eram ministradas nos períodos matutino e vespertino e, em junho de 2008, realizou-se a formatura da primeira turma.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Ainda em 2008, emendas parlamentares possibilitaram a aquisição de equipamentos e o início das obras do Câmpus, no local onde anteriormente estava instalado o Horto Municipal da Prefeitura de Videira e, mediante realização de Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Videira, realizada em 04 de abril daquele mesmo ano, foi sugerido que o Câmpus ofertaria cursos nas seguintes áreas de conhecimento: agropecuária, embalagens, indústria e licenciaturas.

Todos estes esforços conjuntos, que envolveram a comunidade junto com lideranças locais, foram culminados com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC, do qual o Câmpus de Videira faz parte (BRASIL, 2008).

Em 2009 foi realizado concurso público para a contratação de professores e técnicos administrativos. Também foi realizado o primeiro processo seletivo para a entrada de estudantes nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, Eletroeletrônica e Informática para o Câmpus Videira, e nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Automação Industrial, Mecânica e Segurança do Trabalho para o Câmpus Avançado de Luzerna.

Em 2010, o IFC Câmpus Videira e Campi Avançados contavam com uma estrutura física composta por sete prédios, onde serão abrigados 22 salas de aula, a parte administrativa do Câmpus, cinco laboratórios, biblioteca, cantina, auditório e ginásio de esportes. Atualmente, possui uma equipe formada por professores, pedagogos, psicólogo e técnicos administrativos.

3. PERFIL DO CURSO

3.1. Justificativa

A formação de pessoas especializadas, em nível médio, está voltando ao centro do debate político, pois se trata de uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento humano e econômico de uma determinada região e do país como um todo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

O desenvolvimento regional, dada à conjuntura atual de competitividade, depende cada vez mais da formação técnica da sua população, já que na sociedade moderna é o conhecimento que permite otimizar a produção mediante agregação de valor.

As desigualdades regionais e intra-regionais estão presentes em diversos espaços do território brasileiro. A busca de novas alternativas econômicas e sociais, visando superar as desigualdades, está vinculada à formação e apropriação do conhecimento no processo produtivo, recompondo a condição social, política e cultural. A formação técnica de nível médio possibilita este alcance de transformação social.

A busca de superação dos limites colocados pelo modelo econômico e a consequente superação das desvantagens comparativas regionais, mormente nos aspectos de estrutura fundiária, com predominância de minifúndios com relevo acidentado, impõe a necessidade de qualificação das novas gerações, através do investimento no capital humano.

Segundo dados do IBGE (2010), o município de Videira possui 47.188 habitantes, é um polo regional na produção agroindustrial de carnes (suínos e aves) e fruticultura, com poder de influência sobre uma dezena de pequenos municípios. Apesar do intenso desenvolvimento nestas áreas, a sustentabilidade do modelo está ameaçada pela crescente migração campo-cidade, indisponibilidade de mão de obra qualificada, por falta de pesquisas aplicadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e políticas públicas de formação técnica com foco no empreendedorismo.

Este conjunto de problemas está sendo minimizado com a implantação do curso Técnico em Agropecuária, que inicialmente estava vinculado a Escola Federal Agrotécnica de Concórdia. Em função das demandas regionais explicitadas é que: a Prefeitura Municipal de Videira, Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, Governo Federal, Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, Cooperativa Agropecuária Videirense - COOPERVIL, Perdigão S/A, Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV -, Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

juntaram-se para viabilizar a implantação deste curso com intuito de fortalecer a qualificação técnica da região, com vistas a construir alternativas que deem suporte ao processo de desenvolvimento.

A implantação do curso Técnico em Agropecuária, no município de Videira, possibilitará o melhor aprimoramento regional, já que Videira é um centro regional e o seu potencial econômico contribui para que represente hoje a 13^a economia do Estado. Assim sendo, o ensino técnico no município contribuirá para alavancar novos e mais modernos processos produtivos.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. Geral

Promover ao estudante do curso Técnico em Agropecuária conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio históricos e culturais dentro de uma perspectiva empreendedora, inserida na realidade social, cultural e ambiental.

4.2. Específicos

- Formar profissionais habilitados em produção vegetal (fruticultura, horticultura, silvicultura e culturas anuais) e paisagismo, capazes de atender a demanda regional;
- Habilitar profissionais na área de produção animal (suinocultura, avicultura, apicultura, piscicultura, bovinocultura) capazes de atender a demanda da Região;
- Formar profissionais com noções no processamento de produtos de origem vegetal e animal, capazes de atender a demanda crescente da região no que se refere à transformação da matéria-prima do setor primário;
- Capacitar os estudantes para realizar a análise e o diagnóstico da unidade de produção, bem como elaborar e avaliar projetos agropecuários e agroindustriais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- Contribuir para o desenvolvimento e agregação de valor da produção vegetal e animal na Região, através da inclusão, no mercado, de profissionais capazes de transformar a realidade regional de maneira autônoma e empreendedora;
- Fornecer conhecimento técnico para otimizar os meios de produção, de forma a reduzir custos e aumentar a competitividade da atividade produtiva;
- Capacitar os estudantes para a elaboração projetos de diversificação da produção, com culturas adaptadas às condições edafoclimáticas da região, viabilizando, de forma sustentável, a propriedade rural;
- Oferecer aos futuros profissionais os conhecimentos tecnológicos necessários para a melhoria de qualidade e desenvolvimento de novos produtos e de novas tecnologias;
- Preparar o profissional para atuar com responsabilidade social e ambiental.
- Capacitar os estudantes para manutenção e regulagem de máquinas e implementos agropecuários, como também, noções gerais de pequenas instalações e benfeitorias.

5. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

A educação formal desenvolvida em ambientes escolares apresenta no Brasil uma herança dual, ou seja, ensino propedêutico voltado às elites dirigentes e educação profissional voltada aos trabalhadores. Os currículos apresentam a tradição de atender especificamente as atividades profissionais a serem desenvolvidas na sociedade capitalista segmentada em classes sociais.

Com a Lei no 4.024/1961, a dualidade estrutural é realidade que sofre alterações a partir de mudanças ocorridas no mundo do trabalho. A diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais, em decorrência do desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário, conduzem ao reconhecimento da legitimidade de outros saberes, que não só de cunho acadêmico, na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista do princípio educativo.

Pela primeira vez, a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

profissionalizantes e os propedêuticos, para fins de prosseguimento de estudos. Da mesma forma, os cursos do Sistema S (SENAI, SENAC, SESI, etc.) podem ser organizados, cumprindo as exigências legais, de modo a equivaler aos níveis fundamental e médio. Esta legislação consistiu um avanço, mas a equivalência não supera a dualidade estrutural, uma vez que continuam a existir dois ramos diferentes de ensino.

A situação agrava-se com Lei no 5.692/71 que pretendeu substituir a dualidade pelo estabelecimento da profissionalização compulsória no Ensino Médio; dessa forma, todos os filhos da classe média e baixa teriam uma única trajetória. A reforma do governo militar propôs um ajuste à nova etapa de desenvolvimento, marcada pela intensificação da internacionalização do capital e pela superação da substituição de importações pela hegemonia do capital financeiro. É o “tempo do milagre”: ingresso do Brasil para o bloco do Primeiro Mundo. O desenvolvimento industrial e das cadeias produtivas precisavam de força de trabalho qualificada.

Segundo Kuenzer (2007), a dualidade estrutural não pode ser resolvida no âmbito do projeto político-pedagógico escolar, mesmo porque é originada da dualidade estrutural das classes.

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico da formação profissional para atender às demandas desse tipo de organização taylorista-fordista deriva-se de uma determinada concepção de qualificação profissional que a concebe como resultado de um processo individual de aprendizagem de formas de fazer, definidas pela necessidade da ocupação a ser exercida, complementada com o desenvolvimento de habilidades psicofísicas demandadas pelo posto de trabalho.

Nessa concepção, o desenvolvimento das competências intelectuais superiores e o domínio do conhecimento científico-tecnológico não eram necessários para os trabalhadores. A pedagogia do trabalho taylorista-fordista priorizou treinamento para a ocupação e muita experiência, cuja combinação resultava em destreza e rapidez, como resultado de repetição e memorização de tarefas bem-definidas, de reduzida complexidade, e estáveis.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Aí vieram as mudanças no mundo do trabalho pela globalização da economia e reestruturação produtiva. Instala-se um novo paradigma: o modelo japonês de organização e gestão do trabalho, a linha de montagem vai sendo substituída pelas células de produção, o trabalho individual pelo trabalho em equipe, o supervisor desaparece e o engenheiro desce ao chão de fábrica, o antigo processo de qualidade dá lugar ao controle internalizado, feito pelo próprio trabalhador. Nessa nova organização, o universo passa a ser invadido pelos novos procedimentos de gerenciamento; as palavras de ordem são competitividade e qualidade.

O mundo do trabalho no sistema capitalista exige um trabalhador de novo tipo, com todos os setores da economia, com capacidades intelectuais que lhe permeiam adaptar-se a produção flexível. Capacidades que merecem destaque: domínio dos códigos e linguagens, autonomia intelectual para resolver problemas práticos utilizando o conhecimento científico, buscando aperfeiçoar-se continuamente; autonomia moral, através de novas situações que exigem posicionamento ético, finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido de forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica e da criatividade. Já não se entende possível a formação profissional sem uma sólida base de educação geral.

A qualificação profissional requer conhecimentos e habilidade cognitivas e comportamentais que permitam ao cidadão-produtor chegar ao domínio intelectual e do técnico e das formas de organização social para ser capaz de criar soluções originais para problemas novos que exigem criatividade, a partir do domínio do conhecimento. É preciso outro tipo de pedagogia, determinada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas. Habilidades: saber lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela flexibilidade.

São duas as novas determinações do mundo social e produtivo que colocam dois novos desafios para o ensino médio:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- Democratização;
- Formulação de outra concepção, que articule as formações: científica e sócio-histórica à formação tecnológica.

Não é o âmbito pedagógico que vai solucionar essa dificuldade do ensino médio porque a realidade que existe é de uma sociedade dividida na qual crescem exclusões na mesma proporção que diminuem os recursos públicos que permitiriam a formulação de políticas projetos necessários à garantia dos direitos mínimos da cidadania. É uma solução ideológica porque desconsidera a realidade brasileira, com sua carga de especificidades e desigualdades regionais decorrentes de um modelo de desenvolvimento desequilibrado, que reproduz internamente as mesmas desigualdades e desequilíbrios que ocorrem entre outros países, no âmbito da internacionalização do capital.

O acesso ao nível superior de qualidade, e em particular nos cursos nobres, que exigem tempo integral, escolaridade anterior de excelência, e financiamento técnico, bibliográfico, além de recursos complementares à formação, é reservado àqueles de renda mais alta, ressalvadas algumas exceções que continuam servindo à confirmação da tese da meritocracia.

A realidade atual é um mundo do trabalho reestruturado, no âmbito da globalização da economia, que restringe cada vez mais o número de postos e cria, ou recria, na informalidade, um sem número de ocupações precárias que, embora sirvam à sobrevivência, longe estão de permitir um mínimo de dignidade e cidadania.

O artigo 35 da LBD 9394/96 requer não só para o Ensino Médio, mas para todos os níveis, o desenvolvimento da capacidade de usar conhecimentos científicos de todas as áreas para resolver situações que a prática social e produtiva apresenta ao homem cotidianamente. No atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, apenas o conhecimento prático e o bom senso, embora continuem sendo importantes, não são suficientes para enfrentar os desafios postos por um modelo de desenvolvimento que cada vez mais usa a ciência como força produtiva, para o bem e para o mal, ao mesmo tempo melhorando e destruindo a qualidade de vida, individual e social.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Para os que vivem do trabalho, a aprendizagem de conhecimentos e habilidades, instrumentais e cognitivas, imediatamente vinculadas ao exercício de atividades produtivas, é condição não só de existência, mas também da própria permanência no sistema de ensino, na maioria das vezes viabilizada pelo ingresso do mercado de trabalho.

A efetiva democratização de um Ensino Médio que ao mesmo tempo prepare para a inserção no mundo do trabalho e para a cidadania, complementando nos níveis subsequentes por formação profissional científico-tecnológica e sócio-histórica, tal como proposto nas finalidades expressas na legislação, exige condições materiais que não são dadas para o caso brasileiro.

O papel da escola pública precisa ser atendido. É a construção de uma proposta pedagógica que propicie condições de aprendizagem variadas e significativas aos seus estudantes, de modo geral pauperizados economicamente, e, em consequência, pauperizados cultural e socialmente.

A escola de ensino público será democrática quando o projeto político pedagógico propiciar as necessárias mediações para que os menos favorecidos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida, suas necessidades com relação à participação na produção científica, tecnológica e cultural.

A escola pública de qualidade é a única alternativa de apropriação do conhecimento, tendo em vista cada vez mais a difícil construção da dignidade humana, finalidade máxima a orientar a elaboração do projeto político pedagógico. O aluno pode preferir mecânica à arte, porque essa é a realidade do trabalho que conhece e exerce precocemente como estratégia de sobrevivência; outro pode preferir atividades físicas à ciências exatas, porque suas experiências de classe não lhe propiciaram o desenvolvimento do raciocínio lógico.

É a escola, portanto, que lhe propiciará oportunidades de estabelecer relações com os distintos campos do conhecimento, de modo a exercer o seu direito à escolhas, e ao mesmo tempo superar suas dificuldades em face de suas experiências anteriores.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Para os que vivem do trabalho, a escola é o espaço privilegiado para o estabelecimento de relações significativas com todas as áreas do conhecimento de modo a preparar o aluno para assumir-se também como sujeito de sua história e da história da humanidade, compreendendo o papel revolucionário da ciência para a destruição das condições geradoras de exclusão, as quais, frutos da práxis humana, só através dela serão superadas.

O eixo do currículo deverá ser o trabalho compreendido como práxis humana e como práxis produtiva, a partir do qual não há dissociação entre educação geral e formação para o trabalho. Toda a educação e educação para o trabalho, que não se confundirá com educação profissional stricto sensu. Assim, a formação profissional, em sua dimensão básica, está presente na base nacional comum e não se confunde com a parte diversificada, que também atenderá a ambas as finalidades (Kuenzer, 2007).

Esse eixo, contudo, exige recortes, para que não se caia na ilusão de um sistema científico único que articule todos os saberes, ou se permaneça na lógica que historicamente reproduziu a concepção positivista com sua fragmentação, cristalizada em disciplinas estanques. Esses recortes, observado estatuto epistemológico e histórico de cada ciência, deverão tomar como eixo organizador do currículo as diferentes práticas sociais e produtivas selecionadas a partir das características e demandas da clientela e da região, tendo em vista as finalidades de democratização do conhecimento para a construção da cidadania. São a partir desses recortes que serão selecionados os conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada.

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico taylorista-fordista, ainda dominante em nossas escolas, deu origem às tendências pedagógicas conservadoras em suas distintas manifestações, que sempre se fundaram na divisão entre pensamento e ação, a partir do que se distribuía diferentemente o conhecimento. O que era estratégico para a classe dominante, que mantinha o monopólio do saber científico, não podia ser democratizado, de modo que o acesso aos níveis superiores de ensino sempre foram controlados, com a interveniência do Estado, que mantinha a oferta de ensino gratuito nos limites das demandas do capital, através de um



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

sistema educacional que se responsabilize pela seletividade.

Essa pedagogia foi dando origem a projetos político-pedagógicos ora centrados nos conteúdos, ora nas atividades, sem nunca propiciar relações entre o aluno e o conhecimento que integrassem efetivamente conteúdo e método, ou mesmo se constituíssem em mediações significativas que pudessem se constituir em aprendizagens. Dessa forma, não chegavam a propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas para a maioria do alunado, que iria complementar sua educação para o trabalho em cursos específicos, treinamento ou através da prática no próprio trabalho. Relações significativas entre o aluno e a ciência só iriam ocorrer nos cursos superiores, para poucos que demonstrassem “mérito”.

Em decorrência de sua desvinculação da prática social e produtiva, a seleção dos conteúdos sempre obedeceu a critérios formais fundados na lógica positivista, em que cada objeto do conhecimento origina uma especialidade que desenvolve seu próprio quadro conceitual e se automatiza dos outros objetos da prática que o gerou. Concebidos dessa forma, os diferentes ramos da ciência deram origem a propostas curriculares em que as disciplinas são rigidamente organizadas e sequenciadas segundo sua própria lógica. Os conteúdos, assim organizados, são repetidos, ano após ano, de forma linear e fragmentada, predominantemente por meio do método expositivo combinado com a realização de atividades que vão da cópia de parcelas de texto à resposta de questões, em que mais importa cumprir a tarefa, tanto para o aluno, quanto para o professor, do que estabelecer profícua relação com o conhecimento.

A área de informação modificou as bases estruturais da sociedade capitalista que hoje passou a ser chamada “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento” ou ainda “sociedade em rede”. De acordo com Alves (2007), passamos pela Revolução Tecnológica ou revolução das redes informacionais que instaurou uma ruptura fundamental na evolução do maquinário no capitalismo. Com essa revolução, dissemina-se o ciberespaço, que por sua vez, constitui as infovias hipervirtuais permeadas de “pedágios” do capital impõe sua lógica da escassez à nova forma material. A mercadoria-informação é a última fronteira da modernização tardia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

O ciberespaço é um campo de integração difusa e flexível dos fluxos de informações e comunicação entre máquinas computadorizadas, um complexo mediador entre homens baseado totalmente em dispositivos técnicos, um novo espaço de interação (e de controle) sócio-humano criado pelas novas máquinas e seus protocolos de comunicação e que tende a ser a extensão virtual do espaço social propriamente dito.

Os alunos que integralizam o curso precisam compreender os laços que envolvem a dominação hegemônica, bem como os meios e estratégias que utilizam para desenvolver um comando que aprofunde as diferenças sociais e aos poucos, atuar de maneira que transformem esta realidade. Uma formação sem dualidade de ensino e de condições de aprendizagem, integrado à vida social do sujeito, levando em consideração suas necessidades e possibilidades.

6. RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Ensino Profissionalizante é uma etapa da Educação Básica que busca a garantia e a consolidação das aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e práticas de trabalho bem como atuação social.

O Curso de Educação Profissional Técnica Pós Médio em Agropecuária do IFC – Câmpus Videira procura contribuir na preparação dos estudantes para a cidadania, promovendo as relações pessoais e comunitárias e principalmente da formação profissional de qualidade.

Dentre todas as atividades proporcionadas aos estudantes neste curso, a preocupação pela busca constante e efetiva da relação entre teoria e prática é primordial, possibilitando o contato, observação e vivência de diversas áreas de conhecimento dentro das particularidades do curso.

Sendo assim, no Curso de Educação Profissional Técnica Subsequente em Agropecuária, a relação teoria e prática dar-se-á principalmente através de atividades práticas em laboratórios específicos da área, visitas técnicas, palestras de formação, projetos interdisciplinares, feiras de iniciação científica e extensão, dentre outras práticas e atividades relacionadas ao curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

7. INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade é entendida como o pensamento organizado, que transpassa os limites das disciplinas, permitindo que se trabalhe com as relações que existem entre as diferentes áreas e que se analise um determinado contexto ou realidade com uma visão global, sem o uso do pensamento simplista ou fragmentador. Neste contexto, busca-se no início de cada período letivo realizar uma semana de planejamento, momento em que serão definidos os objetivos e conteúdos a serem trabalhados em todas as disciplinas. Este planejamento terá momentos individuais e coletivos. Nos momentos individuais, cada professor fará a sistematização da sua proposta de trabalho. Nos momentos coletivos, haverá a discussão e análise conjunta das propostas de trabalho, com vista ao alcance da interdisciplinaridade, da integração entre teoria e prática, e da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

8. PERFIL DO EGRESO

A estrutura curricular do curso de Ensino Técnico Subsequente em Agropecuária do Instituto Federal Catarinense - Campus Videira foi desenvolvida preservando os conceitos de multidisciplinaridade e sistemas, visando atender as demandas em evolução de um mundo do trabalho, atualmente exigente e dinâmico, propiciando aos futuros profissionais desenvolverem diversas habilidades e competências relacionadas às diferentes áreas de atuação profissional.

A proposta do curso é a de que o egresso seja capaz de visualizar antecipadamente os problemas do agronegócio, buscando soluções inovadoras e agressivas, com fins de melhor explorar o potencial das pessoas envolvidas nesse ramo da vida empresarial, e, assim, poder conquistar o mercado consumidor com melhores condições proporcionando desta forma o desenvolvimento rural.

Neste sentido, o aluno deverá desenvolver, ao longo do curso, a habilidade para solução de problemas e enfrentar situações de imprevisibilidade, incerteza e instabilidade, usando raciocínio lógico e analítico, para operar com valores e formulações matemáticas para estabelecer relações



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

formais e causais entre fenômenos e para expressar-se de modo crítico diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais, também, o curso apresenta uma ênfase em tecnologias, especializando-os no uso de tecnologias da informação e de gestão.

A proposta curricular do curso está centrada no desenvolvimento de competências que exigirão uma prática pedagógica pautada na interação com o aluno e na construção do seu conhecimento. Assim, as iniciativas dos alunos, o diálogo, os diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo e a autonomia terão que ser considerados para que aconteça não somente o saber fazer, mas, acima de tudo, o saber por que está sendo feito. Desta forma, as disciplinas serão ministradas utilizando-se as seguintes metodologias: aulas teórico-expositivas e dialogadas, palestras, seminários, estudos de casos e vivência prática junto a instituições parceiras.

O Trabalho de Conclusão compreende a última etapa do curso, este é o momento quando o aluno tem a oportunidade de aplicar e enfatizar na prática os conhecimentos adquiridos e exigidos para sua formação. O trabalho de conclusão foi definido, preservando a flexibilidade de atuação dos profissionais técnicos em agropecuária. Sendo assim, o aluno pode optar por estágio que engloba proposta de melhoria de atividades agropecuárias, validação de experiência de campo ou pesquisa.

Amparado nas legislações, citadas no item 10.5, e com a formação recebida pela instituição de ensino, os profissionais possuem capacidade de exercerem suas competências profissionais nas áreas de:

- I. Desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;
- II. Atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica;
- III. Ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério, nesses dois níveis de ensino;

- IV. Responsabilizar-se pela elaboração de projetos e assistência técnica no valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto, nas áreas de:
 - a. Crédito rural e agroindustrial para efeitos de investimento e custeio;
 - b. Topografia na área rural;
 - c. Impacto ambiental;
 - d. Paisagismo, jardinagem e horticultura;
 - e. Construção de benfeitorias rurais;
 - f. Drenagem e irrigação;
- V. Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias;
- VI. Prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:
 - a. Coleta de dados de natureza técnica;
 - b. Desenho de detalhes de construções rurais;
 - c. Elaboração de orçamentos de materiais, insumos, equipamentos, instalações e mão-de-obra;
 - d. Detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança no meio rural;
 - e. Manejo e regulagem de máquinas e implementos agrícolas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- f. Execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários;
 - g. Administração de propriedades rurais;
- VII. Conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;
- VIII. Responsabilizar-se pelo planejamento, organização, monitoramento e emissão dos respectivos laudos nas atividades de:
- a. Exploração e manejo do solo, matas e florestas de acordo com suas características;
 - b. Alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais;
 - c. Propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação;
 - d. Obtenção e preparo da produção animal; processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais;
 - e. Programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos;
 - f. Produção de mudas (viveiros) e sementes;
- IX. Executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;
- X. Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;
- XI. Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- XII. Prestar assistência técnica na aplicação, comercialização, no manejo e regulagem de máquinas, implementos, equipamentos agrícolas e produtos especializados, bem como na recomendação, interpretação de análise de solos e aplicação de fertilizantes e corretivos;
- XIII. Administrar propriedades rurais em nível gerencial;
- XIV. Prestar assistência técnica na multiplicação de sementes e mudas, comuns e melhoradas;
- XV. Treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;
- XVI. Treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;
- XVII. Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas.

§ 1º os técnicos em agropecuária poderão, para efeito de financiamento de investimento e custeio pelo sistema de crédito rural ou industrial e no âmbito restrito de suas respectivas habilitações, elaborar projetos de valor não superior a R\$ 150.000,00.

§ 2º os técnicos agrícolas do setor agroindustrial poderão responsabilizar-se pela elaboração de projetos de detalhes e pela condução de equipe na execução direta de projetos agroindustriais.

- XVIII. Identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratos das culturas;
- XIX. Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- XX. Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita, responsabilizando-se pelo armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários;
- XXI. Responsabilizar-se pelos procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais;
- XXII. Aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;
- XXIII. Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial;
- XXIV. Responsabilizar-se pelas empresas especializadas que exercem atividades de dedetização, desratização e no controle de vetores e pragas;
- XXV. Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária;
- XXVI. Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;
- XXVII. Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos;
- XXVIII. Realizar medição, demarcação de levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos e funcionar como perito em vistorias e arbitramento em atividades agrícolas;
- XXIX. Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;
- XXX. Responsabilizar-se pela implantação de pomares, acompanhando seu desenvolvimento até a fase produtiva, emitindo os respectivos certificados de origem e qualidade de produtos.



9. CAMPO DE ATUAÇÃO

O profissional de nível técnico em agropecuária é um profissional capaz de diagnosticar a realidade, atividades e seus entraves frente ao atual modelo econômico, propondo alternativas individuais, coletivas e de políticas públicas; atuar para a potencialização dos recursos endógenos locais, bem como junto às empresas ou propriedades rurais, com visão empreendedora e como agente de transformação social, visando o desenvolvimento rural sustentável.

O profissional possui a capacidade de: a) Recomposição da condição econômico-social da agricultura familiar, possibilitando a manutenção das novas gerações no campo, com renda e qualidade de vida, dentro de uma visão de sustentabilidade; b) Preservação e fortalecimento das características culturais da região; c) Percepção e consolidação da identidade profissional, com capacidade para o autodesenvolvimento, associado a uma clara visão ambiental.

O Técnico em Agropecuária é um profissional habilitado para planejar, executar, acompanhar e fiscalizar todas as fases dos projetos agropecuários. Administrar empresas e propriedades rurais. Elaborar, aplicar e monitorar programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial. Fiscalizar produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial. Realizar levantamento, demarcação e divisão de áreas em propriedades rurais. Atuar em programas de fomento, assistência técnica, extensão rural e pesquisa.

O campo de atuação do profissional técnico em Agropecuária é bastante amplo e diversificado, podendo atuar em:

- Empresas e propriedades rurais nas áreas de administração, produção, comercialização e prestação de serviços;
- Planejamento, assessoramento e gerenciamento de projetos e empreendimento agropecuários;
- Empresas de produção de sementes e mudas, nas áreas de planejamento, pesquisa, acompanhamento, produção e classificação de sementes e mudas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- Empresas comerciais de insumos, máquinas e equipamentos agropecuários;
- Estabelecimentos agroindustriais na área de assistência técnica, acompanhamento de produção de matéria prima, pós-colheita, processamento e armazenamento;
- Empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa;
- Parques e reservas naturais;
- Serviços de fiscalização de produtos de origem animal ou vegetal, bem como seus derivados;
- Cooperativas de produção e serviços agropecuários;
- Sindicatos e produtores rurais;
- Órgãos públicos e privados;

Atualmente a legislação profissional está baseada nos seguintes textos legais.

- Constituição Federal (1988), por ser a Lei básica, sobre a qual se apóia todo o ordenamento jurídico nacional;
- Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regulamenta as profissões de Engenheiro, Arquiteto, Agrônomo e também reorganiza a fiscalização profissional das referidas áreas, mediante atuação do CONFEA e CREAS;
- Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício profissional do Técnico Industrial e do Técnico Agrícola de grau médio;
- Decreto Federal nº 90.822 de 06 de fevereiro de 1985, que regulamentou a Lei nº 5.524/68, normatizando a profissão de Técnico Agrícola e também a de Técnico Industrial;
- Outras Leis Federais e Decretos relacionados com o desempenho profissional dos técnicos agrícolas, tais como a Lei nº 7.802/89, Decreto nº 98.816/90, etc.
- Resoluções, Decisões Normativas e outros regulamentos legais de grau inferiores, editados pelo CONFEA e CREAS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Técnico Agrícola é todo o profissional, formado em escolas Agrotécnicas e institutos federais de nível médio, e que tenha sido diplomado por escola oficial autorizada ou reconhecida, regularmente constituída nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e suas alterações posteriores (Lei nº 5.692/71 e Lei nº 9.394/96); ou que tenha sido diplomado por escola ou instituto Agrotécnica estrangeiro e seu diploma revalidado no Brasil.

Formam Técnicos Agrícolas somente os cursos realizados em escolas, que obedecem as determinações legais do Conselho Nacional de Educação (Lei Federal nº 9.394/1996, Decreto Federal nº 5.154/2004, Parecer CNE/CEB nº 16/1999 e Resolução nº 04/1999 do CNE).

A profissão é regulamentada pela Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968 e pelo Decreto Federal nº 90.922, de 06 de fevereiro de 1985 e alterações do Decreto Federal nº 4.560, de 30 de dezembro de 2002, que cria e fixa as atribuições dos Técnicos Agrícolas, em suas diversas habilitações.

O Técnico Agrícola está legalmente enquadrado como profissional liberal nos termos da portaria do Ministério do Trabalho nº 3.156, de 28 de maio de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 1987 - seção I, página 806. Pertence ao 35º grupo, no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais, a que se refere o artigo nº 577 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

Para exercer a profissão é obrigatório o registro no Conselho de Fiscalização Profissional. Desde 1966, os Técnicos Agrícolas em suas diversas modalidades têm seus registros profissionais no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, de sua região.



10. FORMA DE ACESSO AO CURSO

O ingresso no Curso de Educação Profissional Técnica de Ensino Médio em Agropecuária forma subsequente será feito de acordo com edital, previsto em calendário institucional, o qual contempla dentre outros itens: normas de inscrição e participação no processo seletivo classificatório.

10.1 PRÉ-REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO

Os pré-requisitos para acesso ao Curso Técnico em Agropecuária, forma subsequente: Possuir o ensino Médio Completo.

10.2 ACESSO E APOIO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS OU MOBILIDADE REDUZIDA

Considerando o decreto nº296/2004, para as pessoas portadoras de necessidades específicas, foram tomadas providências para amenizar as barreiras arquitetônicas. Atualmente existem os recursos de acessibilidade:

- I. Bloco de salas de aula: há rampa de acesso superior a esse bloco, todos os banheiros podem receber cadeirantes e existe um elevador para acesso às salas de aula do primeiro andar. A pavimentação de todo o pátio da escola foi concluída e atende à legislação vigente sobre acessibilidade, inclusive para portadores de necessidades visuais.
- II. Biblioteca: todas as dependências, incluindo banheiros podem receber cadeirantes;
- III. Cantina: todas as dependências, incluindo banheiros podem receber cadeirantes;
- IV. Ginásio: há rampa para acesso;
- V. Laboratórios: todas as dependências, incluindo banheiros podem receber cadeirantes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Os portadores de necessidades auditivas serão atendidos por intérpretes de libras; os portadores de necessidades visuais serão servidos de materiais em Braille; os demais portadores de outras necessidades terão à disposição atendimento auxiliar de psicólogo, pedagogos e demais profissionais disponíveis na instituição para que todos possam usufruir da infraestrutura para seu desenvolvimento educacional.

Nos laboratórios de informática, computadores com softwares específicos possibilitam seu uso às pessoas com necessidades especiais. Estas tecnologias são constituídas de leitores de tela para deficientes visuais, teclados virtuais para portadores de deficiência motora ou com dificuldades de coordenação motora e sintetizadores de voz para pessoas com problemas de fala.

O IFC Câmpus Videira conta com o NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas) instituído e disponível às necessidades dos estudantes e servidores bem como de todas as pessoas que buscam esta Instituição de Ensino.

11. MATRIZ CURRICULAR

O Curso Educação Profissional Técnico de Nível Médio Subsequente em Agropecuária segue os princípios e finalidades da educação profissional contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 24 de dezembro de 1994, e no momento de elaboração do projeto de criação de curso, pautou-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Profissional Técnica de Nível Médio, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação sob a Resolução CNE/CEB no 04/99, diretriz que contemplava a Educação Básica e pelo Parecer CNE/CEB no 16/99, que contemplava a educação profissional, vigentes na época. Para a elaboração deste PPC tomam-se como a base as resoluções nº 02 de 30 de janeiro de 2012 e a nº 06 de 20 de dezembro de 2012.

A lei maior da educação profissional é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a 9394/1996, que traz os princípios norteadores da educação profissional de nível técnico que estão enunciados no artigo 3º da LDB:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX. Garantia de padrão de qualidade;
- X. Valorização da experiência extraescolar;
- XI. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Mais os seguintes:

- I. Independência e articulação com o ensino médio;
- II. Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III. Desenvolvimento das competências para a laboralidade;
- IV. Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V. Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI. Atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII. Autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

De acordo com a Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino técnico, o artigo 3º traz a Educação Profissional Técnica de Nível Médio admitindo duas formas: articulada e subsequente ao ensino médio, podendo ser a primeira integrada ou concomitante a essa etapa da educação básica. O inciso 2º deste mesmo artigo versa sobre os cursos e programas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesse dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas as normas do respectivo sistema de ensino para a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Ainda em consonância com a legislação citada anteriormente, o artigo 14º versa sobre o que os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar aos estudantes:

- I. Diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação;
- II. Elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas das sociedades contemporâneas;
- III. Recursos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática;
- IV. Domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual;
- V. Instrumentalizar cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho;
- VI. Fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Atualmente, a organização curricular se dá por eixos tecnológicos, elaborados após um longo processo de debates. A antiga forma de organização curricular, considerando as áreas profissionais, seguia lógica das atividades econômicas. A matriz correspondente ao Curso Técnico em Agropecuária está organizada no Apêndice I deste documento.

Neste sentido as ementas das disciplinas que compõem a grade matricular do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária é descrito detalhadamente no Apêndice II deste documento.

12. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem tem como objetivos e finalidades:

- I. Analisar a coerência do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada componente curricular;
- II. Avaliar a trajetória da vida escolar do estudante, visando obter indicativos que sustentem tomadas de decisões sobre a progressão dos estudantes e o encaminhamento do processo ensino-aprendizagem;
- III. Definir instrumentos avaliativos que acompanhem e ampliem o desenvolvimento global do estudante, que sejam coerentes com os objetivos educacionais e passíveis de registro escolar.

A avaliação deve ser um processo contínuo, cumulativo, diagnóstico e inclusivo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, que visa acompanhar a apropriação dos conhecimentos e das competências que são necessárias às formações: ética, científica, técnica e profissional.

12.1. Objetivos da Avaliação

Analisar a coerência do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada disciplina; avaliar a trajetória de vida escolar do aluno, visando obter indicativos que sustentem tomadas de decisões sobre a progressão dos alunos e o encaminhamento do processo ensino-aprendizagem; definir instrumentos avaliativos que acompanhem e ampliem o desenvolvimento integral do aluno, que sejam coerentes com os objetivos educacionais.

12.2. Instrumentos e Critérios de Avaliação

Compete ao professor responsável por cada componente curricular adotar os instrumentos e critérios de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-los no respectivo Plano de Ensino, apresentado aos alunos no início de cada período letivo e encaminhados à Supervisão Pedagógica.

Os resultados das avaliações deverão ser publicados, com a devolução das avaliações escritas, inclusive dos resultados das recuperações paralelas.

O processo de avaliação de cada componente curricular, assim como os mecanismos de avaliação, deve ser planejado e deverá ser dada ciência ao estudante no início de cada semestre, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

Os resultados das avaliações deverão ser divulgados a todos os estudantes, individualmente. É vedada a publicação dos resultados das avaliações em murais.

Todas as avaliações já corrigidas deverão ser entregues aos estudantes para que sejam revisadas e dirimidas quaisquer dúvidas quanto à correção. É importante destacar que o professor deve descrever, no instrumento de avaliação, os critérios que serão utilizados para correção.

12.3. Da aprovação e Reprovação

Para fins de registro no Diário de Classe, os diversos instrumentos de avaliação deverão ser



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

quantificados, originando, no mínimo, 03 (três) notas parciais (NP) por componente curricular, em cada semestre letivo, expressas em valor numérico de 0 (zero) a 10 (dez), com uma casa decimal.

A média semestral (MS) corresponde à média aritmética simples ou ponderada, resultante das diversas notas parciais do componente curricular, sendo que o professor tem autonomia para atribuir pesos diferentes às avaliações realizadas, desde que expressas no Plano de Ensino.

O Aluno é considerado aprovado quando:

- I. A publicação das notas de Média Semestral deverá ser feita com no mínimo 03 (três) dias úteis antes da aplicação do Exame Final, sob pena de anulação desta.
- II. Obtiver média semestral (MS) igual ou superior a 7,0 (sete inteiros) em cada componente curricular e frequência superior a 75% (setenta e cinco por cento), no curso.
- III. Obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do curso e Média Semestral (MS) inferior a 7,0 (sete inteiros), prestar Exame Final (EF), e obtiver Média Final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco inteiros), resultante da seguinte fórmula:

$$M_f = \frac{[6 \times (M_{sa}) + 4 \times (E_f)]}{10} \geq 5$$

Onde:	M_f = Média Final; M_{sa} = Média Semestral ou Anual; E_f = Exame Final.
-------	--

A recuperação de notas (Exame Final) é uma avaliação composta por todo o conteúdo ministrado no semestre, de acordo com cada componente curricular, que tenha sido devidamente recuperado em termos de aprendizagem e tem por objetivo recuperar as notas dos estudantes que não obtiveram aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) em cada componente curricular. A recuperação de nota (Exames Finais), arquivados na Coordenação de Registros Estudantes, só podem ser revisados mediante de solicitação do estudante, em formulário próprio,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

e dentro de um prazo de 72 horas (setenta e duas horas) após a divulgação das notas.

Terá direito a avaliações fora de prazo o estudante que, por motivos legais, devidamente comprovados, perder a data de avaliações. A regulamentação, incluindo os trâmites, deverá ser normatizada posteriormente. Outras prerrogativas seguirão o Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos do Câmpus Videira.

Para cálculo da nota de Exame Final, utilizar-se-á seguinte fórmula:

$$Ef = 50 - \frac{(Ms \times 6)}{4}$$

Será considerado reprovado o aluno que:

- I. Obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) no curso.
- II. Obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e, após o exame final não alcançar média final igual ou superior a 5,0 (cinco inteiros).
- III. Não comparecer ao Exame Final, exceto em casos excepcionais, conforme regulamentação.

12.4. Recuperação Paralela

A oferta de recuperação paralela é obrigatória aos alunos com baixo rendimento e facultativo a todos os alunos, independentemente do rendimento escolar. Esta avaliação deverá ser realizada ao longo do período letivo.

Somente poderá realizar as avaliações de recuperação o aluno que tiver cumprido as atividades avaliativas programadas para a unidade curricular.

Efetivada a recuperação paralela, o resultado da avaliação de recuperação deverá ser notificado ao aluno conforme os critérios descritos no item 12.2 e 12.3 deste documento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Terá direito a avaliações fora de prazo o estudante que, por motivos legais, devidamente comprovados conforme expresso em regulamento disciplinar interno, perder a data das avaliações.

12.5. Nivelamento

Durante a primeira semana de aula serão ministradas as disciplinas de matemática, português e metodologia científica, a fim de nivelar o conhecimento dos alunos e facilitar os processos de aprendizagem.

12.6. Da Frequência

Além do rendimento escolar, a assiduidade é pré-condição para a progressão do aluno, pois será considerado reprovado por frequência, em todos os componentes curriculares, o aluno que não obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), num determinado período letivo.

Para fins de cômputo de frequência serão considerados os componentes curriculares em que o aluno estiver matriculado num determinado período. Cabe a ressalva que os atestados apresentados não abonam as faltas, contudo devem ser apresentadas para a remarcação de provas e trabalhos realizados na data de não comparecimento.

12.7. Da Reoferta de Disciplinas

O aluno que reprovar em qualquer das disciplinas nas quais ele se matriculou em um determinado semestre do curso, deve refazê-las conforme uma das seguintes opções:

- I. Matricular-se no componente curricular reprovado, ofertado no curso Subsequente correspondente na mesma instituição e solicitar reaproveitamento;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- II. Matricular-se no componente curricular reprovado, ofertado em curso de nível superior da mesma instituição e solicitar reaproveitamento;
- III. Matricular-se no componente curricular reprovado em semestre posterior no ano seguinte no mesmo curso subsequente;
- IV. Matricular-se no componente curricular reprovado em regime de reoferta quando oferecida pela instituição.

Para o regime de reoferta (item IV) do componente curricular fica facultativo há a obrigatoriedade do cumprimento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da carga horária total do componente curricular de forma presencial, sendo que o restante poderá ser ofertado à distância. Caso o aluno opte por cursar uma das outras opções (item I, II e III) cuja carga horária e conteúdos sejam compatíveis, é permitido o aproveitamento da disciplina desde que aprovado pelo NDB.

O componente curricular oferecido em regime especial deverá seguir todos os critérios estabelecidos para os componentes oferecidos em regime regular

12.8. Do Aproveitamento dos Estudos

O aproveitamento de estudos é permitido ao aluno que tenha cursado componentes curriculares com êxito em outros cursos de mesmo nível Subsequente ou Superior, em instituições de ensino reconhecidas.

Respeitados os prazos estabelecidos no Calendário Escolar, o aproveitamento de estudos deverá ser solicitado em requerimento, protocolado na Coordenação de Registros Acadêmicos, acompanhado dos seguintes documentos:

- I. Histórico escolar;
- II. Matriz curricular do curso; e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

III. Programas ou ementas das disciplinas cursadas.

Serão aproveitados os componentes curriculares cuja carga horária atinja pelo menos 100% (cem por cento) da carga horária prevista no curso pleiteado no Instituto Federal Catarinense Câmpus Videira e que atenda aos critérios estabelecidos pela resolução *Ad Referendum* nº 023/Conselho Superior de 18 de dezembro de 2009.

13. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

De acordo com as normativas vigentes para os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequentes, não há um sistema oficial de avaliação externa como acontece nos cursos superiores.

Neste sentido, o Curso de Educação Profissional Técnica Subsequente em Agropecuária do IFC – Câmpus Videira, tem sua avaliação de curso realizada anualmente pelo NDB – Núcleo Docente Básico, o qual discute e avalia todas as questões relacionadas à formação profissional do Técnico em Agropecuária.

Sistema de avaliação externa do curso a ser definido.

14. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

O trabalho de conclusão de curso tem como proposta a introdução do discente no mundo do trabalho de forma a possibilitar o ensino e aprendizado através da observação e análise de situações cotidianas, que possam ser incrementadas em conhecimentos, alterações, melhorias ou pesquisa.

Esta modalidade terá equivalência às horas do estágio curricular desde que seja definido em projeto as atividades e sua finalidade.

Os trabalhos de conclusão de curso podem ser nas modalidades de proposta de melhoria de atividade, validação de experiência de campo ou pesquisa e monitoria, desde que avalizadas,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

acompanhadas e orientadas por docente.

O sistema de avaliação do estágio curricular será composto por 03 processos avaliativos. O primeiro uma auto-avaliação do discente; o segundo pela avaliação do orientador e a terceira pelos membros da banca do trabalho de conclusão de curso. Estas avaliações ocorrerão em períodos não superiores há seis meses, caso o estágio seja de período menor que seis meses, haverá no mínimo uma avaliação.

O discente tem o prazo máximo de seis meses após o término das atividades realizadas na concedente do estágio, para entrega do relatório final e defesa mediante banca.

15. ESTÁGIO CURRICULAR

O estágio curricular obrigatório está de acordo com: a Resolução nº 017/CONSUPER/2013, a Resolução CNE/CEB nº1 de 21 de janeiro de 2004, a Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e pelo Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos do IFC Campus Videira.

O estágio curricular tem o intuito de proporcionar ao discente a experiência sobre questões do mundo do trabalho profissional, como forma de ensino e aprendizagem. Outras formas poderão equivaler às horas de estágio exigidas como o trabalho de conclusão de curso.

15.1. Operalização do Estágio

O estágio curricular terá uma carga horária de 240 horas que poderá ser iniciada nas áreas em que o aluno tenha cursado a disciplina que embase os conhecimentos técnicos para o desenvolvimento do estágio.

As atividades do estágio deverão ser articuladas conjuntamente entre Docente/Discente/Supervisor, garantindo que as atividades a serem desenvolvidas tenham caráter educativo, em conformidade com a legislação vigente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Cada parte assumirá uma responsabilidade frente ao processo que será desenvolvido. O docente observará o desenvolvimento de atividades, de forma que mobilize e auxilie na construção do conhecimento do discente. Este no empenho e dedicação para a execução da proposta, exercitando a interação teoria-prática, para a ampliação de sua visão técnica. O supervisor terá como função a apresentação dos trabalhos que o futuro discente desenvolverá em sua carreira profissional, auxiliando na sua realização com o espaço de experimentação e reflexão de problemas cotidianos.

O estágio inicia-se pela articulação do discente com a empresa e o docente, o primeiro com a vivência de práticas referentes ao mundo do trabalho e o segundo com o acompanhamento suporte teórico à atividade por meio de elaboração de relatório.

Os documentos para a operacionalização serão compostos pelo convênio entre a instituição e a empresa; o termo de estágio e plano de atividades e plano de trabalho detalhado, onde são definidas as atividades a serem desenvolvidas e o compromisso entre as três partes docente/discente/empresa. Além destes serão necessários: o termo de aceite do docente; os relatórios validados pelo orientador (docente), avaliações periódicas e o relatório final segundo modelo aprovado pelo núcleo docente básico.

Todos os procedimentos e documentos acima seguem o Regulamento de Estágio do IFC – Campus Videira e a legislação vigente.



15.2. Sistema de Avaliação do Estágio Curricular

O sistema de avaliação do estágio curricular será composto por 03 processos avaliativos. O primeiro uma auto-avaliação do discente; o segundo pela avaliação do supervisor e a terceira pelo docente. Estas avaliações ocorrerão em períodos não superiores há seis meses, caso o estágio seja de período menor que seis meses, haverá no mínimo uma avaliação.

O discente tem o prazo máximo de seis meses após o término das atividades realizadas na concedente do estágio, para entrega do relatório final e defesa mediante banca.

Este sistema pretende facilitar a reflexão e o *feedback* ao discente, como forma de auxiliar na construção de uma postura profissional comprometida com princípios éticos, desenvolvendo o compromisso e a responsabilidade frente a sociedade, como indivíduo proativo.

Após a conclusão da carga horária do estágio curricular, há necessidade do discente apresentar um relatório de conclusão do estágio, seguindo os padrões normativos ABNT, com apresentação da experiência profissional, que será analisado por uma banca de professores, constituindo-se assim a nota final do estágio.

15.3. Estágio Não Obrigatório (Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008)

O estágio não obrigatório poderá ser realizado em qualquer fase do curso, independente do discente ter cursado ou não a disciplina que esteja ligada a área em que será realizado o estágio. O mesmo seguirá no restante os trâmites e operacionalidades do estágio obrigatório.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

16. LINHAS DE PESQUISA

16.1. Iniciação Científica

A atividade de iniciação científica tem por objetivo contribuir para formação e qualificação profissionais, desenvolvendo habilidades investigativas e de construção do conhecimento. No curso de Agropecuária do IFC – Câmpus Videira, o foco da atividade de iniciação científica é a pesquisa aplicada, nesta atividade os resultados são voltados à solução de problemas práticos.

As atividades de iniciação científica poderão ocorrer de três possibilidades.

- 1º.** O aluno é voluntário e não recebe remuneração, as regras que norteiam esta atividade de pesquisa são regulamentadas pela coordenação de pesquisa do Câmpus.
- 2º.** O aluno recebe bolsa interna do IFC ou de empresa privada, sendo esta atividade regulamentada pelo Regulamento de Iniciação Científica do Instituto Federal Catarinense e edital próprio.
- 3º.** O aluno pode receber bolsa de entidade de fomento e deve seguir as regras da entidade.

17. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

17.1. Monitoria

Os docentes poderão apresentar propostas de monitoria, com número de vagas e horas necessárias, que serão apresentadas aos alunos, de acordo com as resoluções e editais do IFC – Campus Videira.

Os trabalhos desenvolvidos na monitoria poderão se transformar em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desde que este objetivo seja exposto pelo aluno visando a transformação da monitoria em TCC ficando condicionada a validação pelo professor responsável e cumprida as normativas do mesmo



17.2. Outras Atividades

Visita a exposições, eventos ou feiras, tanto da área técnica, como a de áreas afins e/ou culturais, visando à interdisciplinaridade e a ampliação da visão do aluno, para que desenvolva seus conhecimentos baseados em paradigmas contemporâneos e com a problematização destas questões.

Os professores poderão propor projetos de extensão como forma de aproximação dos discentes às questões do mundo do trabalho e da sociedade. Estes projetos poderão se transformar em programas.

Os projetos de pesquisa, também propostos pelos docentes, permitirão ao discente contato com as técnicas de experimentação, elaboração de trabalhos científicos e apresentação de resultados em seminários e congressos.

18. DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE

A listagem do corpo docente e a formação acadêmica correspondente às especialidades de cada professor são detalhadas no Apêndice III deste documento.

19. DESCRIÇÃO DA EQUIPE DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

A relação nominal da equipe de técnicos administrativos, suas funções, bem como a respectiva formação acadêmica são descritos no Apêndice IV deste documento.

20. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

O Curso Técnico Subsequente em Agropecuária conta com uma estrutura moderna e funcional para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas e para atividades complementares em seus diversos espaços:



- Um bloco de Salas (3187m^2), onde funcionam:
 - Uma sala para atendimento da CGAE – Coordenação Geral de Assistência ao Estudante;
 - Uma sala para Laboratório de Segurança do Trabalho;
 - Uma sala para Laboratório de Hardware;
 - Uma sala para atendimento do NUPE – Núcleo Pedagógico atendimento alunos
 - Salas de aula (17 salas).
- Um bloco com 5 Laboratórios ($602,81\text{m}^2$) :
- Um bloco com 1 Biblioteca (630 m^2);
- Um bloco com 1 Auditório (683 m^2);
- Um bloco com 1 Ginásio Poliesportivo ($1592,50 \text{ m}^2$);
- Um bloco para o Centro Administrativo ($517,37 \text{ m}^2$);
- Uma Sala de orientação aos estudantes ($298,84 \text{ m}^2$);
- Um bloco destinado à Cantina.

20.1. Instalações e Recursos Pedagógicos Necessários

Sobre instalações e recursos pedagógicos, o IFC – Campus Videira tem disponibilizado para o curso Técnico em Agropecuária, quatro salas de aula, com quarenta carteiras e quadro branco, cada, para as aulas teóricas. Também são disponibilizados laboratórios de informática com quarenta computadores para as aulas práticas e um laboratório com 15 (quinze) microscópios, bancadas e armários para aula prática das disciplinas de Introdução à Agricultura, Introdução à Zootecnia, Estudo de solo e água – uso e conservação, Agroindústria.

O curso conta com os seguintes equipamentos de apoio pedagógico: retroprojetores, televisores coloridos de 42 polegadas, vídeos cassete, projetores de slides, telas de projeção, aparelhos de som, máquina fotográfica, GPS, estação total (equipamentos de topografia) e projetor multimídia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Todos os Diplomas, Certificados, Históricos Escolares e demais documentos relacionados à vida escolar dos estudantes do IFC - Campus Videira e Campi Avançados serão emitidos pela Coordenação de Registros Estudantes e deverão explicitar o título da formação certificada.

Terá direito ao recebimento de Diploma todo estudante que concluir com aproveitamento todos os componentes curriculares do curso e realizar o estágio obrigatório, previsto em cada Projeto Pedagógico de Curso, além de comprovar a conclusão do Ensino Médio.

O estudante que comprovar a conclusão do Ensino Médio e não concluir o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio terá direito, desde que requeira a declaração dos componentes curriculares cursados com aproveitamento, registrada a carga horária.

O estudante que comprovar a conclusão do Ensino Médio e estiver matriculado em cursos modulares, que preveem em seus Projetos Pedagógicos de Curso a qualificação por módulos (saídas intermediárias), terá direito, desde que requeira a certificação de Módulo Qualificador.

Para a Colação de Grau e entrega do Diploma deverão ser observadas as datas previstas no Calendário Estudante.

O processo de solicitação de segunda via do Diploma deverá ser normatizado em cada Campus, devendo constar a observação “2^a via”.



22. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] BRASIL, Ministério da Educação. Lei 11892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/L11892.htm. Acesso em setembro de 2013.
- [2] PDI, Plano de Desenvolvimento Institucional, Blumenau, 2009.
- [3] PPI, Projeto Político Pedagógico Institucional, Blumenau, 2009.
- [4] ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaios de Sociologia do Trabalho. Praxis, 2007, 298 p.
- [5] KUENZER, A. Ensino Médio e Profissional: As Políticas do Estado Neoliberal. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- [6] _____ (org.) Ensino Médio: Construindo uma Proposta para os que Vivem do Trabalho. 6ª Ed. São Paulo, Cortez, 2009.
- [7] KUENZER, Acácia Zeneida. EM e EP na Produção Flexível: A Dualidade Invertida. In: Retratos da Escola, Ensino Médio e Educação Profissional. vol 5, n. 8, jan. jun. 2011, p. 43-55.
- [8] BRASIL, Ministério da Educação. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007010/2008/lei/L11892.htm. Acesso em setembro de 2013.
- [9] BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm. Acesso em setembro de 2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- [10] BRASIL. Educação Profissional: Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2000.
- [11] BRASIL. Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em setembro de 2013.
- [12] BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em setembro de 2013.
- [13] BRASIL. Lei 9.394 de 23 de julho de 2004. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional LDB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em setembro de 2013.
- [14] BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação profissional e tecnológica: legislação básica. 6 ed. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2005.
- [15] BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 39 de 08 de dezembro de 2004. Aplica o decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio. Disponível em: http://www.idep.ac.gov.br/docs/leg_fed/parecer39_04.pdf. Acesso em setembro de 2013.
- [16] BRASIL. Resolução nº 02 de 26 de julho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/ceb0499.pdf>. Acesso em setembro de 2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- [17] BRASIL. Resolução nº 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/ceb0499.pdf>. Acesso em setembro de 2013.
- [18] INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. Estatuto do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, Agosto de 2009.
- [19] _____. Plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, Maio 2009.
- [20] _____. Projeto Político-Pedagógico Institucional do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, Maio 2009.
- [21] _____. Orientações Didático-Pedagógicas Norteadoras para os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal Catarinense. . Blumenau: Instituto Federal Catarinense, Dezembro 2009.
- [22] BRASIL. Resolução 02 de 30 de janeiro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em setembro de 2013.
- [23] BRASIL. Resolução 06 de 20 de setembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em setembro de 2013.
- [24] Acessado em: Setembro de 2013; <http://www.sindpdsc.org.br/materia/crescimento-do-setor-de-ti-e-outros-dados-economicos-2>.
- [25] Acessado em: Setembro de 2013; <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=32006&sid=5>
- [26] FREIRE, P. Pedagogia da esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- [27] MANACORDA, M. A. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre, RS, 1990.
- [28] SEVERINO, A.J. Educação, Sujeito e História. São Paulo: Olho d`água. 2001.
- [29] As informações aqui dispostas foram extraídas do site da Associação dos Técnicos Agrícolas do Brasil. <http://wwwATABRASIL.org.br>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

APÊNDICE I

Matrizes Curriculares



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

CURSO TÉCNICO EM ELETROELETRÔNICA - SUBSEQUENTE 2012

COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA (HORAS/SEMESTRE)	PARCIAL DE HORAS
1º SEMESTRE	Informática Aplicada ao Agronegócio	30	
	Estudo de Solo e Água - Uso e Conservação I	60	
	Introdução à Agricultura	60	
	Introdução à Zootecnia	60	300
	Gestão da Unidade de Produção Rural I	30	
	Ambiente e Desenvolvimento	30	
2º SEMESTRE	Sociologia Rural e Valores Culturais na Agricultura Familiar	30	
	Estudo de Solo e Água - Uso e Conservação II	30	
	Topografia I	60	
	Mecanização Agropecuária	45	
	Agricultura I - Olericultura I	30	315
	Zootecnia I - Avicultura	75	
3º SEMESTRE	Gestão da Unidade de Produção Rural II	30	
	Zootecnia II - Apicultura e Piscicultura	45	
	Cooperativismo, Associativismo e Extensão Rural	45	
	Agricultura I – Olericultura II	30	
	Agricultura II – Culturas Anuais I	30	
	Construções e Instalações Rurais	45	360
4º SEMESTRE	Agricultura III – Silvicultura I	30	
	Agricultura IV – Fruticultura I	30	
	Orientação de Estágio e Ética e Legislação Profissional	15	
	Topografia II	60	
	Zootecnia III – Suinocultura	75	
	Jardinagem e Paisagismo	30	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO (HORAS)	Agricultura II - Culturas Anuais II	30	
	Irrigação e Drenagem	45	
	Agroindústria	45	300
	Agricultura III – Silvicultura II	30	
	Agricultura IV – Fruticultura II	60	
	Zootecnia IV – Bovinocultura de leite e corte	60	
CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS DO CURSO (HORAS)		1275	
CARGA TOTAL DO CURSO (HORAS)			1515



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

APÊNDICE II

Ementas dos Componentes Curriculares



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PRIMEIRO SEMESTRE

INTRODUÇÃO À AGRICULTURA

Justificativa

O componente curricular Introdução à Agricultura apresenta ao aluno do curso Técnico em Agropecuária os conceitos fundamentais empregados na produção vegetal, sendo estes conceitos indispensáveis para o entendimento das disciplinas sobre produção vegetal, que serão ministradas no decorrer do curso. Desta forma, este componente deve ser ministrado no primeiro semestre do curso.

Ementas

Conceitos gerais; Apresentação das disciplinas do curso e as especialidades da área. Origem e evolução das espécies; classificação botânica; morfologia das plantas; tecidos vegetais; fotossíntese; nutrientes; transporte de solutos na planta; fotorrespiração; fitohormônios; noções sobre tratamentos fitossanitários e receituário agronômico. Defesa Sanitária Vegetal

Básica:

- CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. PERES. Manual de Fisiologia Vegetal – Teoria e Prática. Livroceres. 2005. 650p.
- GONÇALVES, E.G. & LORENZI, H. 2007. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda. 448p.
- SOUZA, V. C. & LORENZI, H. Botânica Sistemática: Guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008. 704p.

Complementar:

- CASTRO, P. R. C. Utilização de Reguladores vegetais. ESALQ/USP. Piracicaba.1998.
- CUTTER, E. G. 1987. Anatomia vegetal. Parte I: Células e tecidos; Parte II: Órgãos. 2a ed. Roca. São Paulo.
- DAMIÃO FILHO, C. F.; MÔRO, F. V. Morfologia vegetal. 2^a Ed. Jaboticabal:FUNEP/UNESP. 2005.
- FERRI, M.G. 1999. Botânica: morfologia interna das plantas (anatomia). Nobel 9^a ed.
- MARENCO, R. A.; LOPES, N. F. Fisiologia Vegetal. Viçosa: UFV, 2005. 451p.
- SILVA, Maria M. de S.S. Agrotóxicos e ambiente. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 400p.

Referências Bibliográficas



PRIMEIRO SEMESTRE

INTRODUÇÃO À ZOOTECNIA

Justificativa

O componente curricular de Introdução à Zootecnia apresenta ao aluno do curso Técnico em Agropecuária os conceitos fundamentais empregados na produção animal, sendo estes conceitos indispensáveis para o entendimento das disciplinas sobre criações que serão ministradas no decorrer do curso. Desta forma, este componente deve ser ministrado no primeiro semestre do curso.

Ementas

Introdução à Zootecnia: Conceituação, histórico, objetivos, importância, bases fundamentais e relações com outras disciplinas; Origem e domesticação dos animais; Caracteres zoológicos; Conceitos de espécie, raça, linhagem, família e indivíduo; Biotipologia: Características primárias e secundárias dos animais e sua importância na avaliação e julgamento destes; A utilização dos animais domésticos, funções produtivas, classificação, especializações das funções, escolha de reprodutores, reprodução animal natural e artificial; Classificação dos alimentos e nutrientes, funções nutricionais dos alimentos, tabelas de exigências nutricionais para as diferentes fases da criação, deficiências nutricionais dos animais, rações, programas de arraçoamento; Doenças infecciosas, parasitárias e tóxicas, métodos de profilaxia e tratamento de doenças, vias e métodos de aplicação de vacinas e medicamentos; Normas profiláticas, higiênicas e sanitárias de produção e comercialização; O comportamento dos animais e suas necessidades climáticas; Bioclimatologia; A formação do rebanho e o sistema de criação; Sistemas de criação e produção, realidade da propriedade rural e características regionais.

Básica:

- ANDRIGUETTO et al. Nutrição Animal 1 – Bases e Fundamentos. Ed. NOBEL.
- TORRES, Geraldo C. V. Bases para Estudo da Zootecnia. Salvador-BA/Pelotas-RS: UFBA/UFPEL, 1998.
- VIEIRA, G. V. Zootecnia Geral. Porto Alegre: Faculdade de Agronomia e Veterinária – UFRGS, N/C. 168 p.

Complementar:

- ANDRIGUETTO et al. Nutrição Animal 2 - Alimentação Animal. Ed. NOBEL.
- BAÉTA, F. C. Ambiência em edificações rurais: conforto animal. VIÇOSA: UFV, 1997.
- FERREIRA, W. M. et al. Zootecnia brasileira – Quarenta anos de história e reflexões. Recife: Associação Brasileira de Zootecnistas, 2006. 83 p.
- FIGUEIREDO, P. B. D. et al. Biotécnicas Aplicadas à Reprodução Animal. Ed. Roca, 2^a ed., 2008. 408 p.

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- RAMALHO, M. A. P. et al. Genética na Agropecuária. Ed. UFLA, 2008.
- REECE, W. O. Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos. Ed. Roca, 3^a ed., 2008. 468 p.
- SILVA, R. G.. Introdução à Bioclimatologia Animal. Ed. Nobel



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PRIMEIRO SEMESTRE

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Justificativa

A importância da visão sistêmica de meio ambiente integrado com o desenvolvimento, possibilitando a opção por definições que possibilitem atingir o desenvolvimento sustentável integral. Esta disciplina está posicionada no início do curso (1º semestre) como reflexão e sensibilização das questões ambientais com os sistemas produtivos.

Ementas

Recursos Naturais e biodiversidade; Natureza e Conservação dos Recursos Naturais; Histórico da evolução da agricultura; Fronteiras da Exploração agropecuária; Crises Ambientais; Poluição ambiental e produção agropecuária; Princípios Básicos de Legislação Ambiental; Legislação Ambiental Federal e Estadual; Conceitos e Bases Desenvolvimento Rural Sustentável.

Básica:

- BRASIL. Lei nº 12.727 de 17 de outubro de 2012. Disponível no http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12727.htm. Acessado em 10/12/2012.
- BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Disponível no http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acessado em 10/12/2013.
- BRASIL. Constituição Federativa do Brasil de 1988. Disponível no http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em 04/03/2010.
- SANTA CATARINA. Lei nº 14.675 de 13 de abril de 2009. Disponível no http://www.sc.gov.br/downloads/Lei_14675.pdf. Acessado em 04/03/2010. Acessado em 04/03/2010.
- BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos. SÃO PAULO: Saraiva. 2ed..2007.

Complementar:

- BRASIL. Agenda 21 brasileira. Disponível no http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/meioambiente/agenda_21_brasileira.pdf. Acessado em 04/03/2010.
- BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. PETRÓPOLIS: Vozes. 3.ed., 2000.
- ODUM, Eugene. Ecologia. RIO DE JANEIRO: Koogan. 1988.
- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; Carvalho, Ana Barreiro de. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. SÃO PAULO: Makron Books. 2.ed.rev.ampl., 2002.
- MARQUES, João Fernando; SKORUPA, Ladislau Araújo; FERRAZ, José Maria Gusman. Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas. SÃO PAULO: Embrapa. 2003.



PRIMEIRO SEMESTRE

INFORMÁTICA APLICADA AO AGRONEGÓCIO

Justificativa

Conhecimentos básicos sobre informática são fundamentais para o bom desempenho dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária. Em suas atividades no curso necessitarão fazer uso de computadores e softwares bem como da rede mundial de computadores para obter informações e desenvolver seus trabalhos. Enquanto profissionais também poderão utilizar este recurso para desenvolver melhor suas práticas e aperfeiçoar técnicas, podendo manter-se atualizados.

Ementas

Conceitos da informática básica. Introdução a sistemas operacionais. Gerenciador de arquivos e navegador web. Mecanismos de busca e pesquisa na Internet. Editor de textos, software de apresentação e planilha eletrônica

Básica:

- CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. São Paulo (SP): Pearson Prentice Hall, 8a ed., xv, 2004. 350 p.
- OLIVEIRA, R. S. de; CARISSIMI, A. da S.; TOSCANI, S. S. Sistemas operacionais. Porto Alegre: Instituto de Informática da UFRGS, 2001. 233 p. ISBN: 8524106433
- VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 6a ed. rev. e atual., 2003. 369 p. ISBN: 853521089X.

Complementar:

- ANTUNES, Luciano Médici; ENGEL, Arno. A informática na agropecuária. Guaíba:
- Agropecuária, 2a ed. ver. ampl., 1996. 175 p. ISBN: 8585347074.
- LOPES, Marcos Aurélio. Informática aplicada à bovinocultura. FUNEP, 1997. 82 p.
- REHDER, Wellington da Silva; OLIVEIRA, Karina de. OpenOffice.org Calc: guia prático.
- São Paulo (SP): Viena, 2004. 140 p. ISBN: 8588524570.

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PRIMEIRO SEMESTRE

ESTUDO DE SOLO ÁGUA – USO E CONSERVAÇÃO

Justificativa

Esta disciplina proporciona as bases para a correção, adubação das plantas, para proporcionar os nutrientes necessários ao seu desenvolvimento. Desta forma alicerçará as bases para o estudo do manejo e cultivo das plantas, visando a produção agropecuária. A questão solo e água são recursos que devem ser preservados e utilizados de forma correta, visando sustentabilidade dos recursos e produção de alimentos. Esta disciplina está posicionada no início do curso (1º semestre) base para outras disciplinas ligadas a produção das diferentes culturas

Ementas

Formação de solos e seus constituintes; Elementos nutricionais das plantas presentes nos solos; Transformações químicas do solo; Microvida do solo; Inter-relação física, química e biológica do solo com as plantas; Funções do solo na produção agropecuária (física, química e biológica); Funções da Água e seu ciclo; Relações solo-agua-planta; Noções de Climatologia (Temperatura, Pluviometria, Estações do Ano); Influências da climatologia para plantas (Temperatura, Umidade, Luminosidade).

Básica:

- TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. Solos e Fertilidade do solo. São Paulo: Andrei, 2007.
- KIEHL, E. J. Manual de Edafologia – Relações solo-planta. PIRACICABA-SP: Livroceres, 1979.
- BARBOSA, C.A. Manual de Análise Química de Solo e Fertilizantes. VIÇOSA: Agro Juris. 2009.

Complementar:

- CURI, N. et al. Tópicos em Ciência do Solo (Vol. – 3). Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS), 2003.
- WHITE, R. E. Princípios e Práticas da Ciência do Solo. São Paulo: Andrei, 4^a ed., 2010.
- MELO, V. F.; ALLEONI, L. R. F. Química e Mineralogia dos Solos – Parte I. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo – SBCS, 2009.

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SEGUNDO SEMESTRE

GESTÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO RURAL I

Justificativa

A disciplina Gestão da Unidade de Produção Rural I justifica-se dentro da matriz curricular do Curso Técnico em Agropecuária devido a mesma, situar o aluno dentro de um contexto empresarial rural e do agronegócio como um todo. Sendo assim ela auxilia o aluno no entendimento dos planejamentos rurais e da economia agrícola. Considerando que inúmeros estudos destacam que o conhecimento em gestão apesar de muito importante ainda encontra-se ausente das propriedades rurais, sendo causa de muitos insucessos financeiros.

Ementas

Introdução à administração rural; Funções do processo administrativo; Áreas da administração rural; Análise do micro e macroambiente; Tipos e características de unidades de produção rural; Características peculiares do setor agropecuário; Fatores que afetam o desempenho da unidade de produção; Políticas de recursos humanos; Política agrícola; Introdução à economia rural; Fundamentos da oferta e demanda; Estruturas de mercado; Teoria da produção e dos custos.

Básica:

- BATALHA, Mário Otávio. Gestão Agroindustrial. 3^ªed. reimpr. São Paulo/SP: Atlas, 2009.
- CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Campos, 2001. 2 v.
- LIMA, Arlindo Prestes de et. al. Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalhos com agricultores. 3. ed., Ijuí/RS: Ed. UNIJUI, 2005, 224 p.

Complementar:

- MARION, José Carlos. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda pessoa jurídica. 12. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2010.
- ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. 18. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2000.
- SANTOS, Gilberto José dos et. al. Administração de Custos na Agropecuária. 4. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2009.

Referências Bibliográficas



PRIMEIRO SEMESTRE

SOCIOLOGIA RURAL E VALORES CULTURAIS NA AGRICULTURA

Justificativa

Tal componente justifica-se pelo fato de que o mesmo aplica-se no sentido de colaborar para o desenvolvimento de uma postura crítica sobre sociedade e sobre o próprio sujeito, com vistas à responsabilidade como cidadão (â) crítico (a) e criativo(a).

Ementas

Introdução à Sociologia. A questão agrária no Brasil contemporâneo. A formação e o desenvolvimento da sociedade rural brasileira e catarinense. A ocupação das terras na região sul. Agronegócio. A agricultura familiar. Tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade. Gênero e agricultura familiar. Ruralidades.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, J. A Construção Social de uma Nova Agricultura. Ed: UFRGS.
 - PAULILO, M. I. S. Terra à Vista... e ao longe. UFSC: Florianópolis, 1996.
 - SILVESTRO, M. L. Os impasses sociais da sucessão hereditária na Agricultura Familiar. Florianópolis: Brasília, D.F.: 2001. 122p.
-
- BRAMOVAY, Ricardo. Juventude e agricultura familiar: desafios nos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998. 101p. ISBN: 85-85014-37-7
 - LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. Sociologia Geral. 5^a Ed.; Ver. E Ampl. São Paulo: Atlas, 1985. 382p.
 - SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. Sociologia do Trabalho no mundo Contemporâneo. 3^a Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2010. 62p. (Coleção Passo a Passo).
 - OLINGER, G. Êxodo Rural. ACARESC, 1991.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SEGUNDO SEMESTRE

AGRICULTURA I – OLERICULTURA I

Justificativa

A disciplina de Olericultura - I prepara o Técnico para compreender a importância das plantas olerícolas, conhecer sua evolução, a influência do clima e solo, nutrição e os métodos de propagação.

Ementas

Introdução à olericultura. Origem e evolução da olericultura. Origem e classificação botânica das principais espécies produzidas na olericultura. Importância econômica. Fatores climáticos, solo, nutrição, variedades e adubação. Propagação das hortaliças (sexuada, assexuada), germinação, semeadura (direta e indireta), métodos de produção de mudas, transplante e repicagem e plantio.

Básica:

- FILGUEIRA, Fernando Antonio Reis. ABC da olericultura: guia da pequena horta . São Paulo, SP: Agronomica Ceres, 1987. 164 p.
- TORRES, Miguel Ângelo Peixoto; TORRES, Patrícia Garcia Vilar. Guia do horticultor: faça você mesmo sua horta para grandes ou pequenos espaços . Porto Alegre: Rígol, 2009 200 p.
- ALBERONI, Robson de Barros. Hidroponia: como instalar e manejá o plantio de hortaliças dispensando o uso do solo . São Paulo: Nobel, 2004. 102 p.

Complementar:

- JACIMAR, J. L. Manual de Horticultura Orgânica. Ed. Aprenda Fácil. P. 842. 2008.
- INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Produtor de Hortaliças. Fortaleza: D. Rocha; 2004. 88 p.
- MARTINEZ, H. E. P.; SILVA FILHO, J. B. Introdução ao cultivo Hidropônico de Plantas. # Ed. Viçosa: UFV. 2006. 111 p.
- TROEH, F.; TROMPSON, L. M. Solos e Fertilidade do Solo. 6 ed. São Paulo: Andrei, 2007. 718 p.
- Revistas Científicas (Horticultura Brasileira, Bragantia, Ciência Rural, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Pesquisa Agropecuária Brasileira – PAB, AGROPECUÁRIA CATARINENSE. Florianópolis. EPAGRI. Revista trimestral).

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SEGUNDO SEMESTRE

MECANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Justificativa	Conhecer, organizar, executar e monitorar o funcionamento, manutenção e regulagens das máquinas e implementos agrícolas para sua correta utilização, de acordo com as normas de segurança.
Ementas	Classificar e conhecer as máquinas agropecuárias e seus componentes, como motor, sistemas de transmissão, sistemas de acoplamento e transferência de potência (barra de tração, engate três pontos e TDP), pneus, etc. conhecer os sistemas de funcionamento das máquinas e implementos como seleção, manutenção, regulagem e acoplamento, operação e rendimento. Segurança e ergometria na operação de máquinas e equipamentos.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <ul style="list-style-type: none">• NAGAOKA, A. K & NERBASS, M. F. Mecânica, motores e tratores agrícolas. Apostila curso de Agronomia, UDESC/CAV, 2007.• NAGAOKA, A. K & NERBASS, M. F. Práticas de máquinas agrícolas. Apostila curso de Agronomia, UDESC/CAV, 2007.• NAGAOKA, A. K & NERBASS, M. F. Máquinas e implementos agrícolas. Apostila curso de Agronomia, UDESC/CAV, 2007 <p>Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none">• REIS, A. V., MACHADO, A. L. T., TILLMANN, C. A. C., MORAES, M. L., B. Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes. Pelotas, 2002, 281 p.• MACHADO, A. L. T., REIS, A. V., MORAES, M. L., B., ALONÇO, A. S. Máquinas para preparo do solo, semeadura, adubação e tratamentos culturais. Pelotas, 2002, 221 p.• MORAES, M. L. B., REIS, A., MACHADO, A. L. T. Máquinas para colheita e processamento de grãos. Pelotas, 2002, 149 p.



SEGUNDO SEMESTRE

ZOOTECNIA II – APICULTURA E PISCICULTURA

Justificativa

O estudo da apicultura e da piscicultura torna-se importante no sentido de que o curso busca formar profissionais para atuarem junto a agricultura familiar, a qual é predominante na região. Contemplar o estudo destas criações no segundo semestre do curso objetiva repassar aos alunos a possibilidade e viabilidade da criação de abelhas e de peixes serem uma alternativa de diversificação de renda da propriedade através da sua associação com outras atividades, tanto animal como vegetal, que serão vistas no decorrer do curso. O aluno egresso do curso deve ser capaz de além de desempenhar suas atividades técnicas, saber planejar, organizar, direcionar e controlar as atividades por ele desempenhadas, bem como ter noções dos cenários econômicos e das variáveis que os influenciam.

Ementas

Introdução à apicultura; Morfologia e biologia das abelhas melíferas; Povoamento de apiários; Instalações e equipamentos em apicultura; Manejo das abelhas; Produtos elaborados pelas abelhas e polinização; Higiene e profilaxia em apicultura; Alimentos e alimentação das abelhas; Conhecimentos básicos de limnologia; Instalações em piscicultura; Conhecimentos de ictiologia; Sistemas criatórios em piscicultura; Manejo em piscicultura; Sanidade em piscicultura.

Básica:

- BARBOSA, C.A. Manual de Produção de Mel. Viçosa: Editora Agro Juris, 2009.
- MOREIRA, H.L.M. et al. Fundamentos da moderna Aqüicultura. Ed. ULBRA, 2001. 200p.
- OSTRENSKY, A.; BOEGER, W. Piscicultura - Fundamentos e técnicas de manejo. Liv. Ed. Agropecuária, 1998. 211p

Complementar:

- ARACENA, J. E.; LOPES, J. D. S. Criação de tilápias em tanques-rede. Viçosa: CPT, 2003.
- BALDISSEROTTO, B. Fisiologia de peixes aplicada à piscicultura. Ed UFSM, 2002. 212p.
- BALDISSEROTTO, B.; GOMES, L. C. Espécies nativas para piscicultura no Brasil. Santa Maria: UFSM, 2005.
- BALDISSEROTTO, B.; RADÜNZ NETO, J. (orgs). Criação de Jundiá. 1ª. Ed. Santa Maria: UFSM, 2004. 232 p.
- GALLI, L. F.; TORLONI, C. E. Criação de Peixes. São Paulo: Nobel, 1992.
- PAVANELLI, G.C.; EIRAS, J.C.; TAKEMOTO, R.M. Doenças de peixes. EDUEM, 1998. 264p.
- TAUTZ, J. O Fenômeno das Abelhas. ARTMED, 2010.

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- WIESE, H. Apicultura - Novos Tempos. Guaíba: Agrolivros, 2005



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SEGUNDO SEMESTRE

ESTUDO DE SOLO E ÁGUA – USO E CONSERVAÇÃO II

Justificativa

Esta disciplina proporciona visão conservacionista de solo e água, partindo do entendimento das bacias hidrográficas e sua importância como unidade conservacionista, chegando às práticas conservacionista do solo e água na propriedade. Interagindo com conhecimentos das disciplinas de Ambiente e Desenvolvimento (recursos naturais) e Estudo de Solo e Agua – I – uso e conservação (solos) para o desenvolvimento sustentável da propriedade rural. Esta disciplina está posicionada no início do curso (3ºsemestre) base para outras disciplinas ligadas a produção agropecuária.

Ementas

Bacias Hidrográficas (definições, delimitações, função); Erosão e Noções de Conservação de solos; Agricultura, Homem e o meio ambiente; Responsabilidade Social do produtor rural.

Básica:

- PRADO, R.B.; TURETTA, A.P.D.; ANDRADE, A.G. (org.). Manejo e Conservação do Solo e da Água no Contexto das mudanças ambientais. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010.
- PRUSKI, F.F.. Conservação de Solo e Água:- práticas mecânicas para o controle da Erosão Hídrica. 2.ed.,atual. e ampl.. Viçosa:UFV, 2009

Complementar:

- BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F.. Conservação do Solo. São Paulo:Icone, 6.ed., 2008.
- TROEH, F. R.;THOMPSON, L. M. Solos e Fertilidade do solo. São Paulo: Andrei, 2007.
- CURI, N. et al. Tópicos em Ciência do Solo (Vol. – 3). Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS), 2003.
- WHITE, R. E. Princípios e Práticas da Ciência do Solo. São Paulo: Andrei, 4^a ed., 2010.
- MELO, V. F.; ALLEONI, L. R. F. Química e Mineralogia dos Solos – Parte I. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo – SBCS, 2009.
- MELO, V. F.; ALLEONI, L. R. F. Química e Mineralogia dos Solos – Parte II. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo – SBCS, 2009

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SEGUNDO SEMESTRE

GESTÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO RURAL II

Justificativa

Esse componente curricular é de extrema importância, pois permite ao aluno exercitar os conteúdos aprendidos através da elaboração de um projeto que é construído baseado em modelos exigidos por instituições financeiras. Assim, além do cálculo dos indicadores é feita uma análise sobre a viabilidade econômica e financeira do investimento.

Ementas

Planejamento e projetos; Elementos para elaboração de projetos; Capitais constituintes da unidade de produção; Medidas de desempenho econômico; Métodos de avaliação econômica do projeto; Métodos de avaliação financeira e risco e incertezas dos projetos Agrícolas. Análise e diagnóstico da unidade de produção.

Básica:

- MARION, José Carlos. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda pessoa jurídica. 12. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2010.
- ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. 18. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2000.
- SANTOS, Gilberto José dos et al. Administração de Custos na Agropecuária. 4. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2009.

Complementar:

- BATALHA, Mário Otávio. Gestão Agroindustrial. 5^aed. São Paulo/SP: Atlas, 2009.
- CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Campos, 2001.2v
- LIMA, Arlindo Prestes de et. al. Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalhos com agricultores. 3. ed., Ijuí/RS: Ed. UNIJUI, 2005, 224 p.

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SEGUNDO SEMESTRE

ZOOTECNIA I – AVICULTURA

Justificativa

A Avicultura é uma atividade produtiva importante em nossa região, tanto econômica como socialmente e os estudantes egressos, enquanto futuros técnicos em agropecuária terão a possibilidade de visualizar a viabilidade do sistema de produção de aves, de planejar, organizar e orientar esta atividade, com base nos conhecimentos adquiridos na disciplina Zootecnia I – Avicultura.

Ementas

Introdução à Avicultura; Raças e Linhagens; Instalações e equipamentos; Manejo da criação nas diferentes fases; Ambiência avícola; Biosseguridade em Avicultura; Manejo de dejetos; Manejo de abate; Comercialização; Sistemas alternativos de criação.

Básica:

- ENGLERT, S. I. Avicultura: tudo sobre raças, manejo, alimentação e sanidade. 4.ed. Porto Alegre: Agropecuária, 1982. 288p.
- MALAVAZZI, G. Avicultura: manual prático. São Paulo: Nobel, c1977. 156 p. ISBN 8521301154 (broch.).
- MORENG, R. E. Ciência e produção de aves. São Paulo, SP: Roca, 1990. 380 p. ISBN 9788572418942.

Complementar:

- ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. C. Produção e manejo de frangos de corte. Viçosa, MG: UFV, Série Didática, 2008. 88 p. ISBN 978-85-7269-338-7
- COTTA, T. Produção de pintinhos: manual prático. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2002. 191 p.: il. ISBN 85-88216-17-5
- COTTA, T. Galinha: Produção de ovos. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2002. 208 p.: il. ISBN 85-88216-18-3
- GONÇALVES, P . B. D. et al. Biotécnicas Aplicadas à Reprodução Animal. 2a ed. São Paulo: Roca, 2008. ISBN 978-85-7241-744-0.
- Sites:
 - www.abef.com.br
 - www.aviculturaindustrial.com.br
 - www.avisite.com.br
 - www.facta.org.br

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SEGUNDO SEMESTRE

TOPOGRAFIA I

Justificativa

A topografia é de grande importância para o curso de agropecuária, bem como em todas as áreas de engenharia, pois é ela que irá fornecer todas as informações necessárias sobre o local onde serão realizadas as atividades de interesse.

Ementas

Noções de desenho projetivo, com a utilização de um software de desenho técnico, que possibilite a transferência de dados e os trabalhos de cálculo e projetos de levantamento de área, construções e instalações rurais. Topografia (planimetria e altimetria): conceito e divisão. Grandezas lineares e angulares. Revisão matemática. Planimetria (medição direta de distância, medição indireta de distância, métodos de levantamentos planimétrico, cálculo de área, memorial descritivo). Altimetria (altitudes e cotas, métodos gerais de nivelamento). Planialtimetria (curvas de nível, curvas em desníveis, métodos de levantamento planialtimétrico). Estação Total. Tecnologia GPS.

Básica:

- ESPARTEL, Lelis. Curso de topografia. Porto Alegre: Globo, 1965. 655p.
- CORREIA, M. Santos. O manual do topógrafo: tabelas taqueométricas e traçado de curvas. Porto: Lopes da Silva, 1981.
- VEIGA, L. A. K.; ZANETTI, M. A. Z; FAGGION, P. L. Fundamentos de Topografia. Apostila didática, 2007.

Referências Bibliográficas

Complementar:

- MANUAL do técnico florestal: apostilas do Colégio Florestal de Irati. Campo Largo: Colegio Florestal de Irati, 1986. 4v.
- FRENCH, Thomas E.; VIERCK, Charles J. Desenho Técnico – Engenharia – Gráficos.
- GOMES, Edaldo; SILVA JUNIOR, Lucílio Barbosa da. Medindo imóveis rurais com GPS. Brasília: LK, 2001. 136 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

TERCEIRO SEMESTRE

AGRICULTURA I – OLERICULTURA II

Justificativa

A disciplina de horticultura prepara o Técnico para todas as etapas de produção de hortaliças, seja ela comercial ou para o consumo próprio, desde a produção de mudas, condução das culturas , colheita, embalagem e comercialização.

Ementas

Cultivo comercial de hortaliças herbáceas, de bulbo, de fruto, tuberosas e condimentares. Cultivo em ambiente protegido. Colheita e manejo de pós-colheita. Cultivo orgânico de hortaliças. Manejo integrado de pragas.

Básica:

- FILGUEIRA, Fernando Antonio Reis. ABC da olericultura: guia da pequena horta . São Paulo, SP: Agronomica Ceres, 1987. 164 p.
- TORRES, Miguel Ângelo Peixoto; TORRES, Patrícia Garcia Vilar. Guia do horticultor: faça você mesmo sua horta para grandes ou pequenos espaços . Porto Alegre: Rígol, 2009 200 p.
- ALBERONI, Robson de Barros. Hidroponia: como instalar e manejear o plantio de hortaliças dispensando o uso do solo . São Paulo: Nobel, 2004. 102 p.

Complementar:

- JACIMAR, J. L. Manual de Horticultura Orgânica. Ed. Aprenda Fácil. P. 842. 2008.
- INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Produtor de Hortaliças. Fortaleza: D. Rocha; 2004. 88 p.
- MARTINEZ, H. E. P.; SILVA FILHO, J. B. Introdução ao cultivo Hidropônico de Plantas. # Ed. Viçosa: UFV. 2006. 111 p.
- TROEH, F.; TROMPSON, L. M. Solos e Fertilidade do Solo. 6 ed. São Paulo: Andrei, 2007. 718 p.
- Revistas Científicas: Horticultura Brasileira, Bragantia, Ciência Rural, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Pesquisa Agropecuária Brasileira – PAB, AGROPECUÁRIA CATARINENSE. Florianópolis. EPAGRI. Revista trimestral.

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

TERCEIRO SEMESTRE

AGRICULTURA IV – FRUTICULTURA I

Justificativa

O componente curricular Fruticultura I capacita o aluno do curso Técnico em Agropecuária desenvolver atividade desde a planejamento para implantação de um pomar até a colheita e armazenamento das frutas.

Ementas

Introdução sobre fruticultura importância econômica, alimentar, produção, consumo, importação, exportação (problemas e oportunidades); Conceitos gerais em fruticultura; Propagação de mudas frutíferas; Planejamento e implantação de pomares; Condução de plantas frutíferas; Manipulação da frutificação e crescimento de plantas frutíferas.

Básica:

- FACHINELLO, J. C.; HOFFMANN, Alexandre; COSTA NACHTIGAL, Jair. Propagação de Plantas Frutíferas. Brasília: Embrapa, 2005.
- GOMES, Raymundo Pimentel. Fruticultura Brasileira. São Paulo: Nobel, 6^a ed., 1980.
- MANICA, Ivo.; ICUMA, Ivone M.; JUNQUEIRA, Keize P.; JUNQUEIRA, Nilton Tadeu Vilela. Pomar doméstico-caseiro-familiar: frutas de primeira qualidade na família 365 dias do ano. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2006. 112p. ISBN 9788586466304.

Referências Bibliográficas

Complementar:

- FACHINELLO, J. C.; HERTER, F. G. Normas para produção integrada de frutas de caroço (PIFC). Pelotas: Ed. EMBRAPA - Clima Temperado, 2001. 46p.
- FACHINELLO, J. C.; HOFFMANN, Alexandre; COSTA NACHTIGAL, Jair. Propagação de Plantas Frutíferas. Brasília: Embrapa, 2005.
- FACHINELLO, J.C.; NACHTIGAL, J.C.; KERSTEN, E. Fruticultura, fundamentos e práticas. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 1996. 311p
- MONTEIRO, L.B.; MIO, L. L. M; SERRAT, B. B. M.; MOTTA, A. C.; CUQUEL, F.L. (Org.) Fruteiras de caroço: Uma visão ecológica. Curitiba, 2004. 390p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

TERCEIRO SEMESTRE

AGRICULTURA III – SILVICULTURA I

Justificativa

As atividades de silvicultura I, são importantes para o curso de agropecuária, pois representam o início de uma cadeia de operações que visam o estabelecimento de povoamentos florestais.

Ementas

Histórico da Silvicultura. Importância social, econômica e ambiental da Silvicultura. Dendrometria. Coleta de sementes, produção de mudas, implantação de viveiros florestais. Implantação, manejo e exploração econômica de eucalipto e pinus. Manejo agrosilvicultural.

Básica:

- GALVÃO, Antonio Paulo Mendes. Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais . Brasília, DF: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 351 p.
- SOARES, Carlos Pedro Boechat, 1968. Dendrometria e inventário florestal. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2010. 276p.
- SISTEMAS agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2006. 365 p

Complementar:

- BARBOSA, C. A. Manual da Cultura do Eucalipto e Pinus. 2009. 156 p.
- CARVALHO, P. E. R. Espécies Arbóreas Brasileiras, Vol 1. 2003. E. EMBRAPA.
- LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras – Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil Vol 01.
- LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras – Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil Vol 02.

Referências Bibliográficas



TERCEIRO SEMESTRE

AGRICULTURA II – CULTURAS ANUAIS I

Justificativa

As culturas de inverno – tais como trigo, cevada, aveia e canola, são culturas importantes para o país , seja para consumo humano ou para ração . Dessa forma, ao término da disciplina, o aluno deverá estar preparado para implantar, conduzir, colher e armazenar os produtos dessas lavouras. Esse conhecimento pode melhorar a exploração da própria propriedade e/ou facilitar o acesso nas empresas que exploram essas lavouras.

Ementas

Culturas de inverno (trigo, aveia, cevada, canola). Importância econômica. Origem e difusão. Classificação botânica. Fatores de produtividade (solo, cultivar, densidade de plantio, nutrição, fitossanidade, mecanização, condições edafoclimáticas exigidas, tratos culturais, colheita, armazenamento e processamento).

Básica:

- OSÓRIO, Eduardo Allgayer. A cultura do trigo. São Paulo, SP: Editora Globo, 1992. 218p. (Coleção do Agricultor ; grãos)
- CASTRO, Paulo R. C; KLUGE, Ricardo Alfredo. Ecofisiologia de cultivos anuais: trigo, milho, soja, arroz e mandioca . Rio de Janeiro: Nobel, 1999. 126p.
- MALAVOLTA, Eurípedes. Manual de calagem e adubação das principais culturas. São Paulo, SP: Agronômica Ceres, 1987. 496 p.

Complementar:

- BRASIL Serviço Nacional de Formação Profissional Rural. Produtor de trigo. Brasília, DF: SENAR, 1983.
- MEHTA, Yeshwant Pamchandre. Doenças do trigo e seu controle. São Paulo, SP: Agronomica Ceres: Summa Phytopathologica, [1978]. 190p.
- SILVA, Djalma Barbosa da. Trigo para o abastecimento familiar : do plantio a mesa. Brasília, DF: EMBRAPA, SPI, 1996. 176p.
- BAIER, Augusto Carlos; FLOSS, Elmar Luiz; AUDE, Maria Isabel da S. As lavouras de inverno-1: aveia, triticale, centeio, alpiste, colza. 2. ed. São Paulo, SP: Globo, c1988. 172p.
- BALDANZI. As lavouras de inverno, 2 : cevada, tremoço, linho, lentilha. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 184p.

Referências Bibliográficas



TERCEIRO SEMESTRE

COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E EXTENSÃO RURAL

Justificativa

Acredita-se que o componente Associativismo, Cooperativismo e Extensão Rural auxiliará o técnico em Agropecuária no sentido de criar e fortalecer parcerias com outras empresas ou com outros profissionais, para o bom exercício da profissão e das atividades agropecuárias. Ressalta-se que o associativismo e o cooperativismo, muitas vezes são essenciais para a permanência do homem no campo, uma vez que a cooperação fortalece os pequenos e sustenta ações compartilhadas visando o alcance de objetivos comuns.

Ementas

História do cooperativismo internacional e brasileiro; Conceitos básicos de cooperativismo, associativismo e sindicalismo; Legislação cooperativa; Constituição de cooperativas, sindicatos e associações de produtores; Cooperação agropecuária e suas formas; Noções de Comercialização e de gestão financeira para associações. Problemas e perspectivas do associativismo brasileiro. Histórico e importância social da extensão rural no Brasil; Fundamentos básicos da extensão rural; Métodos e metodologias participativas em extensão rural; A formação da sociedade e as desigualdades regionais; Organização de eventos direcionados para a agricultura; Planejamento da extensão rural; Extensão rural e projetos de geração de emprego e renda no campo.

Básica:

- ABRANTES, J. Associativismo e Cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- CENZI, N. L. Cooperativismo: Desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema do cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme; BERTHO, Helena; CARVALHO, Helenice Feijó. Elaboração de Projetos Comunitários: Abordagem Prática. Loyola. 2002.

Complementar:

- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. Teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- KOTLER, PHILIP. Administração de Marketing: Análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

TERCEIRO SEMESTRE

CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES RURAIS

Justificativa

A disciplina de Construções Rurais é de grande importância para as atividades de agropecuária, tendo em vista a sua ampla aplicação, o que também requer conhecimentos específicos da área, os quais aliados a economia e a simplicidade de execução deverão proporcionar o funcionamento desejável das instalações.

Ementas

Conceito e características das construções e instalações rurais. Principais materiais utilizados nas edificações rurais. Resistência de materiais. Principais instalações rurais; Elementos de construção. Conhecer a importância da disciplina no Curso Técnico em Agropecuária. Identificar os tipos de madeiras, tipos de tratamentos e sua finalidade. Identificar e calcular os tipos de materiais (brita, areia, cimento, cerâmicos). Conhecer o Planejamento de uma obra. Identificar os tipos de fundações.

Básica:

- BORGES, Alberto de Campos. Prática de pequenas construções. São Paulo: Edgard Blucher, 9 ed. Rev. A ampl., 2009.
- FABICHAK, Irineu. Pequenas construções rurais. São Paulo: Nobel, 2000. 129 p.
- LAZZARINI NETO, S. Instalações e Benfeitorias. São Paulo: Aprenda Fácil, 2000.

Complementar:

- CARNEIRO, Orlando. Construções rurais. São Paulo: Nobel, 1984. 719 p.
- CHAVES, Roberto. Manual de Construções, 1979. 325 p.
- PEREIRA, M. F. Construções Rurais. São Paulo: Ed. Nobel, 1999.

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

TERCEIRO SEMESTRE

AGRICULTURA IV – FRUTICULTURA II

Justificativa

Busca capacitar os alunos para planejar, organizar, executar e monitorar atividades voltadas a fruticultura desde a propagação de mudas e implantação do pomar até a colheita e a pós-colheita.

Ementas

Poda de plantas frutíferas; Raleio de frutas; Manejo de invasoras do pomar; Dormência de plantas frutíferas de clima temperado; Colheita e armazenamento de frutas; Produção integrada de frutas (PIF); Frutíferas da região (Histórico, Botânica, Variedades, Propagação e formação, Tratos culturais, Pragas e doenças, Colheita, Comercialização).

Básica:

- FACHINELLO, J.C.; NACHTIGAL, J.C.; KERSTEN, E. Fruticultura, fundamentos e práticas. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 1996. 311p
- GOMES, Raymundo Pimentel. Fruticultura Brasileira. São Paulo: Nobel, 6^a ed., 1980.
- MONTEIRO, L.B.; MIO, L. L. M; SERRAT, B. B. M.; MOTTA, A. C.; CUQUEL, F.L. (Org.) Fruteiras de caroço: Uma visão ecológica. Curitiba, 2004. 390p.

Referências Bibliográficas

Complementar:

- BILHALVA, Aldonir Barreira. Fisiologia e manejo pós-colheita de frutas de clima temperado. Campinas - SP: Livraria e Editora Rural, 2002. v.1. 214 p.
- FACHINELLO, J. C.; HOFFMANN, Alexandre; COSTA NACHTIGAL, Jair. Propagação de Plantas Frutíferas. Brasília: Embrapa, 2005.
- FACHINELLO, J. C.; HERTER, F. G. Normas para produção integrada de frutas de caroço (PIFC). Pelotas: Ed. EMBRAPA - Clima Temperado, 2001. 46p.
- FACHINELLO, J. C.; HOFFMANN, Alexandre; COSTA NACHTIGAL, Jair. Propagação de Plantas Frutíferas. Brasília: Embrapa, 2005.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

TERCEIRO SEMESTRE

ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO, ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

Justificativa

Esta disciplina proporciona uma visão da postura e compromissos que a atuação profissional exige, visando a integração das técnicas, com a moral e ética do seu tempo. O entendimento do funcionamento dos órgãos de classe, que fiscalizam o exercício profissional, como também outras relações com a sociedade. Outra função é o exercício da construção de projetos e relatórios dentro das normas técnicas.

Ementas

Apresentação dos critérios e orientação da disciplina de estágio, proporcionando ao estudante a oportunidade de interagir com a realidade de sua atuação profissional, preparando-o para exercer as competências necessárias no seu processo de formação. Elaboração do relatório de estágio de acordo com as normas técnicas.

Básica:

- BRASIL. DECRETO Nº 4.560, de 30 dez de 2002 - Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4560.htm. Acessado em 10/02/2012.
- BRASIL. DECRETO Nº 90.922, de 6 fev 1985 - Regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 NOV 1968, que "dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5524.htm. Acessado em 10/02/2012.
- BRASIL. LEI Nº 5.524, de 5 nov 1968 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5524.htm. Acessado em 10/02/2012.
- ALVES, Rubens. Filosofia da Ciência. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Complementar:

- AZEVEDO, Celicina Borges. Metodologia científica ao alcance de todos. Petrópolis: Manole, 13. ed., 2004. 117p.
- CALAZANS, J. (Org.) Iniciação científica: construindo o pensamento crítico. São Paulo: Cortez, 2.ed., 2002. 183p.
- LODI, Lúcia Helena. Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007. 84 p.
- OLIVEIRA, C. S. Metodologia Científica, Planejamento e Técnicas de Pesquisa. Ed. LTR, 2000. 122p.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Ed. Cortez.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

QUARTO SEMESTRE

AGRICULTURA II – CULTURAS ANUAIS - II

Justificativa

As culturas de verão – tais como milho, feijão, soja e algodão, são culturas importantes para o país, seja para consumo humano ou para ração. Dessa forma, ao término da disciplina, o aluno deverá estar preparado para implantar, conduzir, colher e armazenar os produtos dessas lavouras. Esse conhecimento pode melhorar a exploração da própria propriedade e/ou facilitar o acesso nas empresas que exploram essas lavouras.

Ementas

Cultivos do interesse regional (culturas de verão). Importância econômica. Origem e difusão. Classificação botânica. Fatores de produtividade (solo, cultivares, densidade de plantio, nutrição, fitossanidade, mecanização, condições edafoclimáticas exigidas, tratos culturais, colheita, armazenamento, processamento).

Básica:

- FORNASERI FILHO, D. A cultura do Milho. Jaboticabal: FUNEP, 1992, 273p.
- CASTRO, Paulo R. C; KLUGE, Ricardo Alfredo. Ecofisiologia de cultivos anuais: trigo, milho, soja, arroz e mandioca . Rio de Janeiro: Nobel, 1999. 126p
- INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Produtor de feijão. Fortaleza: D. Rocha, 2004. 48 p.

Complementar:

- EPAGRI. Recomendações Técnicas para a Cultura da Soja no Rio Grande do Sul e Santa Catarina 1999/2000. Chapecó: EPAGRI: CPPP, 1999. 167p.
- FANCELLI, A. L.; DOURADO NETO, D. Produção de Milho. Guaíba: Agropecuária, 2000, 360p.
- FANCELLI, A. L. Produção de Feijão. Guaíba: Agropecuária, 2000, 385p.
- FORNASERI FILHO, D. A cultura do Milho. Jaboticabal: FUNEP, 1992, 273p.
- BOLETIM TÉCNICO EPAGRI. Zoneamento agrícola para a cultura do feijão em Santa Catarina. 1997, 33p.
- CRUZ, J. C. et al. A cultura do milho. Sete Lagoas: EMBRAPA Milho e Sorgo, 2008 517p. BOLETIM
- BARBOSA, C.A. Manual da cultura da soja. Viçosa. Agrojuris, 2009, 177p.

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

QUARTO SEMESTRE

AGRICULTURA III – SILVICULTURA II

Justificativa

As atividades de silvicultura II são importantes para o curso de agropecuária, pois representam a produção, a reprodução e o cultivo de florestas de modo a obter rendimento de forma perpétua, tendo em vista o aspecto econômico, social e ambiental.

Ementas

Implantação e manejo de reflorestamento; Sistemas agroflorestais; dinâmica de florestas naturais; Métodos de mensuração e exploração dos produtos silviculturais. Silvicultura urbana

Básica:

- GALVÃO, Antonio Paulo Mendes. Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais . Brasília, DF: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 351 p.
- SOARES, Carlos Pedro Boechat, 1968. Dendrometria e inventário florestal. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2010. 276p.
- SISTEMAS agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2006. 365 p.

Complementar:

- BARBOSA, C. A. Manual da Cultura do Eucalipto e Pinus. 2009. 156 p.
- CARVALHO, P. E. R. Espécies Arbóreas Brasileiras, Vol 1. 2003. E. EMBRAPA
- LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras – Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil Vol 01.
- LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras – Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil Vol 02.

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

QUARTO SEMESTRE

JARDINAGEM E PAISAGISMO

Justificativa

A disciplina de Jardinagem e paisagismo prepara o Técnico para compreender a importância das plantas ornamentais e dos jardins na composição do ambiente. A produção de plantas ornamentais é uma das atividades mais rentáveis da agricultura e pode ser conduzida em pequenos espaços. A atividade é uma excelente alternativa para melhorar a rentabilidade da pequena propriedade.

Ementas

Formas de propagação de plantas; Plantas e estações do ano, crescimento e florescimento; Influencia da Temperatura, umidade e fotoperíodo, crescimento e florescimento; Preparo de canteiros, jardins e vasos; Função e tipos de parques e jardins; Paisagem rural, questões culturais, sociais e ambientais; Paisagem e a vida rural, subsistência e beleza; Diferenciação da paisagem rural; Ambiente rural e produção; Multifuncionalidade do ambiente rural; Noções de Turismo rural, espaços e funções.

Básica:

- DEMATTÊ, M. E. S. P. Princípios de paisagismo. 3.ed. São Paulo: FUNEP; 2006.
- FARIA, R.T. Paisagismo: harmonia, ciência, arte. São Paulo: MECENAS; 2005.
- KAMPF, Atelene Normann. Manutenção de plantas ornamentais para interiores. 2.ed. Porto Alegre: Rigel, 2001. 112p.

Referências Bibliográficas

Complementar:

- BARBOSA, José Geraldo; LOPES, Luiz Carlos. Propagação de plantas ornamentais. Viçosa, MG: UFV, 2007. 193 p. (Soluções) ISBN 9788572693097.
- KAMPF, Atelene Normann; COSTA, Gilberto Jose Correa da et al. Produção comercial de plantas ornamentais. 2.ed. Guaiba: Agrolivros, 2005. 254p. ISBN 859893402.
- LORENZI, H.; SOUZA, H.M. de. Plantas Ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras. 4.ed. Nova Odessa-SP: Ed. Plantarum, 2008.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

QUARTO SEMESTRE

ZOOTECNIA III – SUINOCULTURA

Justificativa

A Suinocultura é uma atividade produtiva importante em nossa região, tanto econômica como socialmente e os estudantes egressos, enquanto futuros técnicos em agropecuária, terão a possibilidade de visualizar a viabilidade do sistema de produção de suínos, de planejar, organizar e orientar esta atividade, com base nos conhecimentos adquiridos na disciplina Zootecnia III – Suinocultura.

Ementas

Introdução à Suinocultura; Raças e linhagens; Melhoramento genético; Instalações e equipamentos; Manejo da criação nas diferentes fases; Ambiência; Biosseguridade; Manejo de dejetos; Manejo de abate; Comercialização; Sistemas alternativos de criação.

Básica:

- CARAMORI Jr., J. G.; SILVA, A. B. Manejo de Leitões: Da Maternidade à Terminação. Editora LK, 2006.
- INSTITUTO CENTRO DE PESQUISA DE ENSINO TECNOLÓGICO. Suinocultura. Fortaleza: Edições Demócrata Rocha, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2004. 96 p. il. Colo. Cadernos Tecnológicos. ISBN 85-7529-284-6
- SEGANFREDO, M. A. Gestão ambiental na suinocultura. Milton Antônio Seganfredo (Editor Técnico), Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 302p. ISBN 978-85-7383

Complementar:

- BENEVENUTO JÚNIOR, A. A. Avaliação de rendimento de carcaça e de qualidade da carne de suínos comerciais, de raça nativa e cruzados. Viçosa:MG, UFV, 2001. 98p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Alimentos) – Universidade Federal de Viçosa. 2001.
- EPAGRI. Aspectos práticos do manejo de dejetos suínos. Florianópolis: EPA-GRI/EMBRAPA CNPSA, 1995. 106 p. ISBN 85-85014-33-4
- LOVATTO, P. Suinocultura geral. Capítulo 02 - Histórico e raças. (s/data).
- MAFESSORI, E. L. Manual prático de suinocultura. Colab. SOARES, J. C. M.; BRUN, M. V.; BLUN, R. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006. 272 p. ISBN 85-7515-370-6.
- MIELE, M. Dimensões Econômicas e Organizacionais da Cadeia Produtiva da Carne Suína. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2006. 35p.; 29cm. (Documentos / Embrapa Suínos e Aves, ISSN 0101-6245; 110)
- OLIVEIRA, C. G. de, et al. Instalações e manejos para suinocultura empresarial. São Paulo: Icone Editora, 1997. ISBN 85-274-0438-9.

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- SARCINELLI, M. F. et al. Produção de suíno tipo carne. Boletim Técnico: Programa Institucional de Extensão. PIE – UFES: 00507. Pró-Reitoria de Extensão. Editado: 25/05/2007.
- RADOSTI, O. M. et al. Clínica veterinária: Um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e eqüinos. 9ª Ed. reimpre. Rio de Janeiro: Guanabara KOOGAN, 2010. 1737p.
- TORRES FILHO, R. A. Avaliação genética de características de desempenho e reprodutivas em suínos. Viçosa: MG, UFV, 2001. 81 p. Dissertação (Mestrado em Genética e Melhoramento) – Universidade Federal de Viçosa. 2001.
- Sites:
 - www.suinoculturaindustrial.com.br
 - <http://www.abcs.org.br/>
 - <http://www.accs.org.br/>
 - <http://www.abipecs.org.br/>
 - <http://www.agrocerespic.com.br>
 - <http://www.cnpsa.embrapa.br>
 - <http://www.dbdanbred.com.br/>
 - <http://w3.ufsm.br/suininos/>
- Revista técnica: Produção Animal: Suinocultura Industrial.



QUARTO SEMESTRE

ZOOTECNIA IV – BOVINOCULTURA CORTE E LEITE

Justificativa

O estudo da bovinocultura de corte e leite torna-se importante no sentido de que o curso busca formar profissionais para atuarem junto a agricultura familiar, a qual é predominante na região, onde estas atividades surgem como uma alternativa àqueles produtores excluídos da integração de suínos e aves. Contemplar o estudo destas criações no quinto semestre do curso objetiva repassar aos alunos a possibilidade e viabilidade da criação bovina ser a atividade principal de renda da propriedade, diversificadas por meio do conhecimento das interações entre solo, planta e animal. O aluno egresso do curso deve ser capaz de além de desempenhar suas atividades técnicas, saber planejar, organizar, direcionar e controlar as atividades por ele desempenhadas, bem como ter noções dos cenários econômicos e das variáveis que os influenciam.

Ementas

Introdução ao estudo da bovinocultura de leite e corte; Condições essenciais à produção de leite e carne; Raças bovinas; Estudo da lactação; Alimentos e alimentação de bovinos; Manejo de bovinos; Melhoramento animal aplicado à bovinocultura; Instalações em bovinocultura; Higiene e profilaxia em bovinocultura

Básica:

- PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional . 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2000. 580p.
- SILVEIRA, C. G. (Ed). SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DA PASTAGEM, 24. 2007. Piracicaba, SP; PEDREIRA. Anais do 24º Simpósio Sobre Manejo da Pastagem: produção de ruminantes em pastagens. Piracicaba, SP: FEALQ, 2007. 472 p.
- VOISIN, A. Produtividade do pasto. São Paulo (SP): Mestre Jon, 1974. 520 p.

Complementar:

- ANDRIGUETTO, J. M. et al. Nutrição animal: alimentação animal (nutrição animal aplicada). Volume 2, São Paulo: Nobel. 425 p.
- LEDIC, I. L. Manual de bovinotecnologia leiteira: alimentos: produção e fornecimento. 2. ed. São Paulo (SP): Varela, 2002. 160 p.
- PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. Confinamento de bovinos de corte. Piracicaba: FEALQ, 2000. 150 p.
- SILVEIRA, C. G. (Ed). SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DA PASTAGEM, 25º. 2009, Piracicaba, SP; PEDREIRA. Anais do 25º Simpósio sobre Manejo da Pastagem: intensificação de sistemas de produção animal em pasto. Piracicaba, SP: FEALQ, 2009. 278 p.
- SINGH, B. K. Compêndio de andrologia e inseminação artificial em animais de fazenda. São Paulo: Organização Andrei Editora, 2006. 331 p.
- TORRES, A. D. P. Melhoramento dos rebanhos: (noções fundamentais). 5.

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE



ed. São Paulo: Nobel, 1997. 399 p. (Biblioteca rural).

- Revistas Técnicas: Balde Branco, DBO, A Granja.
- Revistas Científicas: Revista Brasileira de Zootecnia, Pesquisa Agropecuária Brasileira, Revista Brasileira de Agrociência, Revista Ciência Rural, Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

QUARTO SEMESTRE

AGROINDÚSTRIA

Justificativa

O estudo dos processos agroindustriais torna-se importante no sentido de que o curso busca formar profissionais para atuarem junto a agricultura familiar, onde estas atividades surgem como uma alternativa a àqueles produtores que buscam desligar-se dos modelos de integração predominantes na região. Contemplar o estudo no quarto semestre do curso objetiva repassar aos alunos a possibilidade e viabilidade da atividade agroindustrial familiar, uma vez que, nesta etapa já obtiveram o conhecimento das diversas atividades de produção, tanto animal como vegetal. O aluno egresso do curso deve ser capaz de além de desempenhar suas atividades técnicas, saber planejar, organizar, direcionar e controlar as atividades por ele desempenhadas, bem como ter noções dos cenários econômicos e das variáveis que os influenciam.

Ementas

Composição química dos alimentos (água, proteínas, gorduras, vitaminas e sais minerais); Matérias-primas de origem vegetal (grãos, frutas e hortaliças); Matérias primas de origem animal (carne, ovos e leite); Aditivos intencionais e incidentais; Equipamentos agroindustriais; Boas práticas de armazenamento, manipulação e conservação de matéria-prima e de produtos agroindustriais, métodos e técnicas; Higiene na indústria de alimentos; Defeitos e riscos de contaminação; Processamento de Produtos de origem animal e vegetal; Alterações físico-químicas e microbiológicas; Embalagens para alimentos e Legislação.

Básica:

- BEHMER, M. L. A. Tecnologia do leite: leite, queijo, manteiga, caseína, iogurte, sorvetes e instalações: produção, industrialização e análise. 13. ed. São Paulo: Nobel, 1984.
- COUTO, R. H. N. Apicultura: manejo e produtos. 3 ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006
- FORSYTHE, S. J. Microbiologia e segurança alimentar. Porto Alegre: Aramed, 2002
- GERMANO, P. M. L. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. 4. ed. Bauerl, SP: Manole, 2011.
- GOMES, C.; ALVARENGA, A.L.B.; FREIRE JUNIOR, M.; CENCI, S.A. Hortaliças minimamente processadas. Brasília: EMBRAPA INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS, 2005.
- LIMA, U.A. Agroindustrialização de frutas. 2 ed. Piracicaba: FEALQ, 2008.
- LOVATEL, J. L.; COSTANZI, A. R.; CAPELLI, R. Processamento de frutas e hortaliças. EDUCS, 2004 .

Referências Bibliográficas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- SILVA, D. J.; QUEIROZ, A. C. Análise de Alimentos - Métodos Químicos e Biológicos. 3^a ed., Viçosa: UFV, 2006. 235 p.
- TRONCO, V. M. Manual para Inspeção da Qualidade do Leite. Santa Maria: UFSM, 2008.

Complementar:

- ALBINO, L. F. T.; OLIVEIRA, M. O. Como montar e operar um pequeno abatedouro de frangos. Viçosa: Centro de Produções Técnica, 2005.
- BASTOS, M. S. R. Licor de frutas. Brasília: EMBRAPA Agroindústria de alimentos, 2006. 36 p.
- CORNEJO, F. E. P. et al. Manual para construção de um secador de frutas a nível do produtor rural. Rio de Janeiro: EMBRAPA – CTAA, 1991.
- COSTA, P. S.; OLIVEIRA, M. O. Processamento de mel puro e composto. Viçosa: CPT, 2003. 147 p.
- GOMES, C. A. O. Manual de beneficiamento de leite. Rio de Janeiro: Embra- pa Agroindústria de alimentos, 1996.
- KROLOW, A. C. R. Agroindústria Familiar - Hortaliças em Conserva. Embrapa, 2006.
- MATTA, V. M. Polpa de fruta congelada. Brasília: EMBRAPA Agroindústria de alimentos, 2005.
- SILVA, F. T. Queijo Minas Frescal, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005.
- SILVA, F. T. Queijo Mussarela, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005.
- SILVA, F. T. Queijo Parmesão, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005.
- SILVA, F. T. Queijo Prato, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005.
- SISLEGIS - Sistema de Consulta à Legislação. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>
- VISALEGIS – Sistema de Legislação em Vigilância Sanitária. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – Sistema de legislação presidencial. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

QUARTO SEMESTRE

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Justificativa	Conhecer, planejar, organizar, executar, orientar e monitorar projetos de irrigação e drenagem de acordo com a legislação vigente.
Ementas	Fontes de água para irrigação. Qualidade da água para irrigação. Sistemas de irrigação. Umidade do solo. Medição de vazão em curso d'água. Manejo e dimensionamento dos sistemas de irrigação. Manutenção dos equipamentos de irrigação. Drenagem: sistemas de drenagem, superficial, subterrânea; Locação, construção e manutenção de drenos.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <ul style="list-style-type: none">• ALBUQUERQUE, Paulo E. P., DURÃES, Frederico O. M. Uso e Manejo de Irrigação. Ed. Embrapa, 2008.• BARRETO, Geraldo Benedito. Irrigação: princípios, métodos e prática. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1976. 185p.• DAKER, Alberto. Irrigação e Drenagem: A água na agricultura. Editora: Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 30 vol., 7a ed., 1988. <p>Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none">• ANDRADE JÚNIOR, Aderson Soares de; FRIZZONE, José Antônio. Planejamento de Irrigação. Ed. Embrapa, 2005.• DELMÉE, Gérard J. Manual de Medição de Vazão. Ed. EdgardBlücher, 3ª ed., 2003.366 p.• MARQUELLI, Waldir A.; WASHINGTON L. C. S; HENOQUE R. S. Irrigação por Aspersão em Hortaliças: qualidade da água, aspectos dos sistema e método prático do manejo. 2ª Ed. ver. atual. E ampl. Brasília: Ed. Embrapa, 2008. 150p. (Informação Tecnológica).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

APÊNDICE III

Quadro de Professores do Curso de Agropecuária



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Nome	CPF:	Regime de Trabalho
Alan Schreiner Padilha	936.939.239-49	Dedicação Exclusiva
Formação superior: Engenheiro Florestal		
Pós-graduação Pós-graduação em Geodésia. alan.padilha@ifc-videira.edu.br		
Nome	CPF:	Regime de Trabalho
Amanda Moser Coelho da Fonseca Afonso	282.929.628-16	Dedicação Exclusiva
Formação superior: Médica Veterinária.		
Pós-graduação Mestre em Ciências Veterinárias amanda.afonso@ifc-videira.ed.br		
Nome	CPF:	Regime de Trabalho
Gilson Ribeiro Nachigall	429.796.170-91	Dedicação Exclusiva
Formação superior: Engenheiro Agrônomo		
Pós-graduação Doutor em Ciências Agrárias gelsonrn@ifc-videira.edu.br		
Nome	CPF:	Regime de Trabalho
Josy Alvarenga Carvalho Gardin	052 219 616 01	Dedicação Exclusiva
Formação superior: Bacharel em Administração.		
Pós-graduação Mestre em Administração josy.gardin@ifc-videira.edu.br		
Nome	CPF:	Regime de Trabalho
Manassés Ribeiro	944.325.039-04	Dedicação Exclusiva
Formação superior: Bacharel em Sistema de Informação		
Pós-graduação Mestre em Ciência da Computação e Doutorando em Engenharia da Computação. manasses@ifc-videira.edu.br		
Nome	CPF:	Regime de Trabalho
Marcos Augusto Paladini dos Santos	020 437 388 36	Dedicação Exclusiva
Formação superior: Engenheiro Agrônomo		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Pós-graduação Mestre em Engenharia Agrícola marcospaladini@ifc-videira.edu.br		
Nome Marinês Kerber	CPF: 583.345.640-15	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior: Licenciada em Ciências Agrícolas		
Pós-graduação Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural mkerber@ifc-videira.edu.br		
Nome Nadir Paula da Rosa	CPF: 724 987 810 72	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior: Bacharel em Administração		
Pós-graduação Mestre em Agronegócios nadir@ifc-videira.edu.br		
Nome Osmar Alberto Crestani	CPF: 304.854.289-20	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior: Engenheiro Agrônomo		
Pós-graduação Mestre em Fitopatologia crestani@ifc-videira.edu.br		
Nome Rafael Schumacher	CPF: 980.294.280-49	Regime de Trabalho Temporário 40h
Formação superior: Engenheiro Agrônomo		
Pós-graduação Mestre em Ciência e Tecnologia Agroindustrial rafael.schumacher@ifc-videira.edu.br		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

APÊNDICE IV

Quadro de Técnicos Administrativos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

NOME	CPF	REGIME DE TRABALHO	FORMAÇÃO	RAMAL	E-MAIL INSTITUCIONAL
Angela Lidvina Schneider	019.465.269-67	40 horas	Licenciatura em Pedagogia Pós-Graduanda em Educação (IFC Câmpus Videira)	4915	angelalidvina@ifc-videira.edu.br
Angela Maria Crotti da Rosa	008.584.909-00	40 horas	Graduação em Administração (Unoesc/Videira) 2007 Graduada em Licenciatura em Matemática (UFPEL) 2012 Pós-Graduada em Controle de Gestão Pública (UFSC) 2011	4926	angela_rosa@ifc-videira.edu.br
Carla Genoveva Santin Fernandes	007.155.939-60	40 horas	Graduação em Letras (Licenciatura) Pós-Graduação em Língua Portuguesa (Universidade Estadual de Londrina) 2008	4938	carlagsantin@ifc-videira.edu.br
Caroline Vian Spricigo	048.180.749-77	40 horas	Ensino Médio Completo	4907	carol.vian@ifc-videira.edu.br
Cassiana Schmidt	047.022.029-52	40 horas	Graduada em Engenharia Ambiental Pós-graduada em Gestão e Direito Público (Unoesc/Joaçaba) 2012	4938	cassiana@ifc-videira.edu.br
Daniel Manenti	758.003.579-00	40 horas	Técnico em Eletrotécnica Técnico em Agropecuária Tecnólogo em Desenvolvimento de Recursos Humanos Unoesc/Videira) 2010 Pós-Graduado em MBA em Planejamento e Gestão Estratégica (Fainter) 2011	4908	manenti@ifc-videira.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Daniel Mazon da Silva	987.501.510-53	40 horas	Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda (Universidade de Passo Fundo/RS) 2006	4935	daniel.mazon@ifc-videira.edu.br
Danieli Vieceli	040.961.839-03	40 horas	Licenciatura e Bacharelado em Psicologia (Unoesc/Videira) 2006 Pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas (PUC) 2008 Mestranda em Educação (Unoesc/Joaçaba)	4927	danieli@ifc-videira.edu.br
Denise Danielli Pagno	005.627.129-84	40 horas	Licenciatura em Ciências Biológicas Especialização em Microbiologia Mestranda em Educação (Unoesc/Joaçaba)	4916	denise@ifc-videira.edu.br
Diego Alan Pereira	983.506.339-72	40 horas	Tecnólogo em Processamento de Dados Pós-Graduado em Governança de TI (SENAC/São José) 2012	4924	diego@ifc-videira.edu.br
Felipe Ribas	041.722.579-25	40 horas	Licenciatura em Filosofia (Unicentro) 2005	4905	felipe.ribas@ifc-videira.edu.br
Gabriela Frizzo Patrício	046.977.539-41	40 horas	Licenciatura em Geografia Especialização em Ensino de História e Geografia Mestranda em Educação (Unoesc/Joaçaba)	4927	gabriela@ifc-videira.edu.br
Georgete Ferronato (cedida para o Câmpus Videira)	022.112.059-92	40 horas	Licenciatura em Matemática e Física Pós-Graduação em Matemática Mestranda em Educação (Unoesc/Joaçaba)	4939	georgete.ferronato@ifc-videira.edu.br
Giurge Vanz	054.818.749-54	40 horas	Graduado em Ciências da Computação (Unoesc/Videira) Pós-graduado em Redes e Segurança de Sistemas (PUC/PR) 2011	4934	giurge@ifc-videira.edu.br
Giovana Von Mecheln	694.468.229-04	40 horas	Graduada em Tecnologia em Marketing	4938	giovanavm@ifc-videira.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Lorenz			(Unoesc/Joaçaba) 2012		
Gislaine Julianotti Carlesso	010.085.209-26	40 horas	Bacharel em Administração Pós-graduada em Gestão Pública (UFSC) 2011	4920	gislainejc@ifc-videira.edu.br
Guillermo Góngora Figoli	255.418.458-58	40 horas	Técnico em Processamento de dados	4909	guille@ifc-videira.edu.br
Horaldo Antonio Brandalise (cedido do Câmpus Concórdia)	636.857.959-53	40 horas	Bacharel em Administração Especialista em MBA em Gestão de Recursos Humanos	4914	horaldo@ifc-videira.edu.br
Joice Aparecida do Nascimento Deon	919.296.449-49	40 horas	Curso técnico em Agropecuária Graduada em Pedagogia (Uniasselvi) 2011 Pós-graduada em Educação – Práticas Pedagógicas (Educar) Presencial 2012	4917	joice@ifc-videira.edu.br
Jorge Luiz Taborda Celestino	215.903.700-15	40 horas	Bacharel em Administração Pós-Graduação em Administração Pública Pós-Graduação em Administração Hospitalar	4941	jorge.celestino@ifc-videira.edu.br
Josiane Bonetti	043.821.679-22	40 horas	Graduação em Ciências Contábeis (Unoesc/Videira) Pós-Graduada em MBA em Gestão Pública (Universidade Anhanguera – à distância) encerrou em 24/06/2013	4912	josiane@ifc-videira.edu.br
Juliana Carla Bauerle Motta	052.609.119-38	25 horas (40 horas com FG)	Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. Pós-graduada - Especialização em Comunicação Política e Imagem (Universidade Federal do Paraná)	4935	juliana.motta@ifc-videira.edu.br
Karin Regina Lisbôa Chapiewski	005.454.109-32	40 horas	Bacharel em Biblioteconomia (UFSC)	4917	karin@ifc-videira.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Lidiane Silva Braga (cedida para a Reitoria)	001.357.430-28	40 horas	Licenciatura e Bacharelado em História Pós-graduada em Gestão do Trabalho Pedagógico: Habilitação em Orientação Escolar	(47) 3331 7805	lidiane.braga@ifc.edu.br
Liliane Josefa Orso	041.456.809-52	40 horas	Bacharel em Contabilidade (Unoesc/Videira) Especialista em Direito Empresarial e Planejamento Tributário (Unoesc/Videira)	4921	liliane@ifc-videira.edu.br
Lizete Camara Hubler	024.211.809-70	40 horas	Graduação em Geografia Pós-Graduação em Metodologia do Ensino de História e Geografia Graduada em História (UEPG – Universidade Estadual do Paraná) Mestranda em Educação (Unoesc/Joaçaba)	4936	lizete.hubler@ifc-videira.edu.br
Loriane Vicelli	020.861.249-10	40 horas	Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Séries Iniciais (Unoesc Câmpus Videira) 1999 Pós-Graduação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Unoesc Câmpus Videira) 2006	4940	loriane.vicelli@ifc-videira.edu.br
Luana de Araújo Huff	076.152.169-07	40 horas	Ensino Médio Completo Graduanda em Licenciatura em Letras/Habilitação em Português, Inglês e respectivas literaturas (Unoesc/Videira)	4927	luana.huff@ifc-videira.edu.br

Marcelo Diel	603.168.530-20	40 horas	Técnico em Agropecuária Graduação em Engenharia Agrícola Especialização (Pós-graduação) em Educação Profis-	4930	marcelo.diel@ifc-videira.edu.br
--------------	----------------	----------	---	------	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

			sional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos Mestre em Ciências (Universidade Federal de Pelotas) 2005		
Marion Schmidt	047.022.019-80	40 horas	Bacharel em Biotecnologia Industrial (UNOESC – Videira) 2008 Pós-graduada em Gestão e Direito Público (Unoesc/Joaçaba) 2012	4905	marionsch@ifc-videira.edu.br
Patrícia Frizzo	058.836.759-13	40 horas	Bacharel em Ciências Contábeis Pós-Graduada em MBA em Administração Estratégica e Financeira (Unoesc/Videira) 2012	4927	patricia.frizzo@ifc-videira.edu.br
Rafaela Agostini	010.357.559-63	40 horas	Graduada em Nutrição (Unoesc/Videira) 2012	4917	rafaela.agostini@ifc-videira.edu.br
Ricardo Kohler	058.762.859-60	40 horas	Técnico em Informática (IFC – Câmpus Videira) 2012 Graduando em Ciência da Computação (IFC – Câmpus Videira)	4909	ricardo.kohler@ifc-videira.edu.br
Rodrigo Zuffo	072.079.269-01	40 horas	Graduado em Sistemas de Informação (Unoesc/Videira) 2011 Pós-graduando em Desenvolvimento Web (IFC – Câmpus Videira)	4922	rodrigozuffo@ifc-videira.edu.br

Rosane Goularte	557.845.429-15	40 horas	Licenciatura em Geografia Pós-graduada em Geopolítica e Educação Ambiental Mestranda em Ciências da Educação (Universidad del Mar – UDELMAR – Santiago do Chile- Chile)	4937	rosane@ifc-videira.edu.br
-----------------	----------------	----------	--	------	---------------------------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Samantha Vanin Felchilcher	062.893.579-05	40 horas	Graduada em Psicologia (Uniarp/Caçador) 2011	4917	samantha@ifc-videira.edu.br
Sheila Carletto	006.692.289-58	40 horas	Bacharel em Direito (Unoesc/Videira) Especialista em Direito Material e Processual Civil (Unoesc/Videira)	4906	sheila@ifc-videira.edu.br
Silvia Marina Rigo	057.478.289-32	40 horas	Bacharel em Administração (Unoesc/Videira) Pós-Graduanda em MBA em Gestão Pública (Universidade Anhanguera – à distância)	4911	silvia.rigo@ifc-videira.edu.br
Thales Fellipe Guill	064.399.629-06	40 horas	Graduado em Tecnologia de Redes de Computadores Pós-Graduado em Governança de TI (SENAC/São José) 2012	4915	thalesguill@ifc-videira.edu.br
Tiago Heineck	047.292.249-14	40 horas	Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Bacharelado em Administração (Univali) 2011 Pós-Graduado em Engenharia de Sistemas (ESAB) 2013	4923	tiago.heineck@ifc-videira.edu.br
Tiago Possato	061.017.649-82	40 horas	Técnico em Eletrotécnica (SENAI) Cursando Técnico em Eletroeletrônica (IFC – Câmpus Videira) Graduando em Ciência da Computação (IFC – Câmpus Videira)	4929	tiago.possato@ifc-videira.edu.br
Vanessa Bettoni	892.164.239-00	40 horas	Graduada em Farmácia/Bioquímica Pós-graduada em Farmacologia Clínica Pós-graduada em Microbiologia Clínica Especialização em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa	4904	vanessa@ifc-videira.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Vera Regina Mazureck	370.147.300-53	40 horas	Graduada em Pedagogia – Supervisão Escolar Graduada em Ciências da Religião Especialista em Gestão Escolar Especialista em Assessoria Bíblica Especialista em Metodologia da Alfabetização Mestre em Educação (Uniplac) 2013	4940	vera@ifc-videira.edu.br
Verônica de Andrade	892.739.159-49	40 horas	Graduação em Artes Visuais Pós-graduada em Educação Infantil e Séries Iniciais	4917	veronica@ifc-videira.edu.br
Viviane Gonçalves Lapa Raulino	041.080.769-90	40 horas	Bacharelado e Licenciatura em Pedagogia (UFSC) 2006 Especialista em Psicopedagogia Institucional (Faculdade Decisão em parceria com o Instituto Catari-nense de Pós-Graduação – ICPG) Florianópolis/SC 2009 Mestranda em Educação (UDESC)	4916	viviane.raulino@ifc-videira.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
